



Relatório Anual de Informações

2021

Planos de benefícios da



O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CNPC nº 34/2019. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2021 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

| | |
|--|--------------------------------------|
| COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021 | 5 |
| MENSAGEM DA DIRETORIA..... | Erro! Indicador não definido. |
| MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO | Erro! Indicador não definido. |
| MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL | Erro! Indicador não definido. |
| DESTAQUES DO ANO..... | 6 |
| CONTEXTO ORGANIZACIONAL | 11 |
| PLANOS DE BENEFÍCIOS..... | 15 |
| POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA | 16 |
| ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) .. | 16 |
| GESTÃO DO PASSIVO EM 2021 | 16 |
| AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021 | 17 |
| POLÍTICA DE INVESTIMENTOS..... | 19 |
| ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)..... | 20 |
| GESTÃO DOS INVESTIMENTOS..... | 20 |
| SEGMENTOS DE APLICAÇÃO | 20 |
| METAS E ÍNDICES | 20 |
| GESTÃO DOS RISCOS | 20 |
| RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS..... | 22 |
| PLANO EPAGRI BÁSICO | 22 |
| PLANO EPAGRI SALDADO..... | 25 |
| PLANO EPAGRI FLEXCERES | 28 |
| SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAGRI..... | 30 |
| INVESTIMENTOS DOS PLANOS..... | 31 |
| ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO | 31 |
| PLANO EPAGRI BÁSICO..... | 31 |
| PLANO EPAGRI SALDADO | 31 |
| PLANO EPAGRI FLEXCERES | 32 |
| RESULTADOS EM 2021..... | 33 |
| RENDA FIXA..... | 33 |
| RENDA VARIÁVEL | 33 |
| ESTRUTURADOS..... | 34 |
| IMOBILIÁRIO | 35 |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 37 |
| RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO | 39 |
| COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAGRI FLEXCERES | 40 |

Informações 2021

| | |
|--|----|
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 41 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA) | 41 |
| DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS | 42 |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS | 43 |
| ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS | 44 |
| ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 47 |
| ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 55 |
| ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL | 58 |
| ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 60 |
| ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS | 61 |

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Bruno do Santos Alves Figueiredo Brasil (Presidente)

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Raimundo Alves de Araújo

Raimundo Braga Sobrinho

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Walter Diniz Gusmão Machado

Conselho Fiscal

Emídio Casagrande (Presidente)

Claudio Augusto Bortolini

José Eden de Medeiros

Jonas Pereira do Espírito Santo

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

Podemos considerar 2021 como o 'ano da colheita' para a Ceres, em que os projetos aos quais nos dedicamos em 2019 e 2020 deram os tão esperados frutos.

Continuamos avançando na implantação da gestão por processos. Finalizamos o ano com doze processos automatizados dentro da ferramenta de gestão documental (SeSuite), monitorando o estado de cada atividade, aumentando a eficiência e a qualidade das entregas.

Mantivemos a frequência de encontros virtuais entre a Diretoria Executiva da Ceres com as equipes, grupos de trabalho, órgãos de controle e parceiros. Além de possibilitar o aprimoramento de aspectos operacionais e de sistema, as reuniões virtuais estimularam a criação de projetos temáticos estruturantes e Grupos de Trabalho por meio dos quais implementamos melhorias na governança e na gestão da Ceres.

Concluimos o estudo de transformação dos planos CV em planos CD; aprimoramos o nosso ALM; melhoramos as condições de concessão de empréstimos aos participantes e assistidos; iniciamos a campanha de atualização cadastral com vistas à construção de um cadastro mais fidedigno para a Ceres; promovemos diversas campanhas, com destaque para a Trilha de Educação Financeira realizada em parceria com a XP Investimentos e a XPEED e implementamos duas excelentes novidades no plano Família Ceres: a melhoria da jornada de adesão e o programa de cashback.

Em relação aos investimentos, as previsões dos analistas do mercado financeiro para 2021 eram as melhores possíveis. No entanto, o que se viu e como todos acompanharam, estas previsões não se concretizaram. Lamentavelmente, o ano foi marcado por fatores conjunturais negativos no mercado financeiro que impactaram a rentabilidade dos planos de benefícios. Mesmo assim, a equipe da Diretoria de Investimentos trabalhou fortemente para buscar os melhores resultados para os participantes, minimizando o impacto do cenário adverso. No consolidado, os investimentos apresentaram rentabilidade de 5,96%. O resultado da grande maioria dos planos foi satisfatório. Considerando o ajuste de precificação, os planos tiveram superávit acumulado de R\$ 520 milhões. Dos 18 planos administrados pela Ceres, excetuando o plano da Embrater, cinco apresentaram resultados negativos, mas, ainda assim, como demonstram as informações contidas neste Relatório, mantiveram a capacidade de honrar seus compromissos junto aos participantes e assistidos.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O ano de 2021 foi de muitos desafios e transformações. Assim como o exercício de 2020, foi marcado pela pandemia da Covid-19. No entanto, com medidas adotadas em resposta à pandemia, obtivemos resultados positivos no que se refere aos indicadores de governança, solidez, capacidade de transformação e de superação.

Ainda que, diante de um cenário desfavorável, nos mantivemos estimulados e alinhados com o propósito e missão da Fundação Ceres, de assegurar proteção previdenciária para os nossos cerca de mais de 20 mil associados. Que depositam toda confiança neste Conselho.

Entendemos que é nosso papel fundamental sermos transparentes perante nossos patrocinadores, participantes, assistidos, assim como um todo, disponibilizando informações em quantidade e qualidade suficientes para o entendimento claro sobre a forma com que conduzimos nossas decisões.

Em 2021, o Conselho Deliberativo se reuniu 13 vezes. Ao longo do exercício, o Colegiado analisou e deliberou pautas importantes. Entre as principais pautas estão a aprovação do Relatório Anual de Informações; Plano de Trabalho; Demonstrações contábeis; Planos de custeios; Política de Investimentos; Alteração estatutária; Novo Código de Conduta Ética; Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal.

A Fundação atingiu um novo patamar com os resultados alcançados em 2021 e, no próximo ano, queremos manter a entrega desses resultados consistentes. Vamos trabalhar incansavelmente a favor dos nossos beneficiários e participantes sempre com o foco na proteção previdenciária presente e futura.

Encerramos 2021 com avanços significativos que serão alicerces para a Fundação Ceres se tornar cada vez mais competitiva, eficiente e sólida. Agradecemos a todos pela confiança em nosso trabalho. Os aprendizados serão fundamentais para construirmos um futuro melhor.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

A exemplo de 2020, o ano de 2021 foi mais um que ficou marcado pela pandemia da Covid-19. Novamente, fomos colocados à prova e vivemos momentos desafiadores. No entanto, mesmo em um cenário tão adverso, buscamos novas oportunidades que fizeram com que, mais uma vez, esse Colegiado trabalhasse intensamente para cumprir a sua missão de monitorar a gestão econômico-financeira e administrativa da Fundação.

Durante o ano, este Conselho elaborou relatórios sobre as demonstrações contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

O monitoramento realizado mensalmente pelo Conselho Fiscal, cujas informações podem ser acompanhadas neste Relatório, demonstra que a Ceres caminha conforme o seu propósito de honrar seu compromisso previdenciário e garantir o futuro dos nossos clientes - os participantes e assistidos, que depositaram nas nossas mãos o sonho de uma aposentadoria tranquila e sem imprevistos. Esses são alguns dos resultados de nosso trabalho.

Encerramos o ano com nossa missão cumprida e cada vez mais engajados e comprometidos em fazer valer cada voto de confiança, que nos foi depositado pelos nossos patrocinadores, participantes e assistidos.

DESTAQUES DO ANO

2021, O ANO DA TRANSFORMAÇÃO

O ano de 2021 certamente ficará marcado na memória de todos nós, devido aos desafios. Apesar de todos os percalços e perdas que os acontecimentos trouxeram, para a Ceres 2021 foi um ano de evolução e crescimento.

CERES DIGITAL: MAIS SEGURANÇA, AGILIDADE E AUTONOMIA

A Transformação Digital está acontecendo em todas as empresas e no segmento de Previdência Complementar não é diferente. A Ceres e outras Fundações estão diante da necessidade de reinventar seus processos para torná-los mais digitalizados. O Projeto Ceres Digital nasceu em 2020, com o objetivo de promover a modernização do ambiente produtivo da Ceres, aumentar a eficiência na execução dos processos com consequente impacto na qualidade dos produtos e serviços da Fundação. Os maiores beneficiados serão os participantes e assistidos, que terão seus planos geridos com mais eficiência e transparência e acesso a informações e serviços de forma mais ágil, com melhor qualidade e maior autonomia.

Infraestrutura - Após a avaliação da infraestrutura de Tecnologia da Ceres, a Fundação vem implementando melhorias voltadas para a transformação digital e constante aprimoramento da segurança da informação. A rede está com 99,8% de disponibilidade, mesmo em casos graves como queda de energia, ação terrorista, desastre ambiental, entre outros, e a operação dos serviços está preparada para um volume maior de acessos, caso seja necessário. Gestão

Documental - A modernização da gestão documental permite que todos os processos de prestação de serviços aos participantes e assistidos (atendimento, solicitação de benefícios, concessão de empréstimos, atualização cadastral, entre outros) aconteçam de forma digital. A proposta é de que, num futuro próximo, todos esses processos possam ser solicitados e acompanhados online pelo participante. A primeira etapa já foi concluída, com a implementação do empréstimo online.

Prestação de Contas - Transparência é um dos pontos centrais do Ceres Digital. Por meio do aplicativo Power BI as informações da Fundação estarão disponibilizadas na internet em um painel de dados e será possível monitorar melhor a situação dos planos. O Power BI é um sistema inteligente que consolida os dados dos sistemas operacionais em painéis que mostram valores e indicadores dos objetivos de forma visual, facilitando a compreensão das informações. Trata-se de uma espécie de “Portal da Transparência” que permitirá à Ceres prestar contas sobre os planos de forma mais clara e acessível, por meio de recursos didáticos, como infográficos, tabelas e lâminas informativas.

Foco no cliente - O objetivo fim do Projeto Ceres Digital é a melhoria do relacionamento da Ceres com seus clientes internos e externos. Além de tudo o que está em andamento, nosso site também será modernizado, com foco na melhoria das funcionalidades da área restrita e estuda-se a implementação de inteligência artificial, com a adoção de chatbots para automatizar alguns atendimentos. As facilidades que estão sendo implementadas permitirão que os participantes e assistidos passem a ter mais autonomia para utilizar os serviços e buscar as informações que necessita.

HOME OFFICE, ESTAMOS COLHENDO OS FRUTOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Ações implementadas permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais.

A Fundação Ceres, preocupada em contribuir com o controle da epidemia de Coronavírus e em proteger seus empregados, participantes e assistidos, adotou medidas internas de prevenção.

Desde o dia 18 de março, os colaboradores estão trabalhando em regime de home office. Isso foi possível devido à decisão da Diretoria Executiva da Entidade de investir fortemente em tecnologia e inovação. Essa decisão deu origem ao Projeto Ceres Digital iniciado na Ceres em dezembro/2018.

Segundo a Diretoria Executiva da Entidade, o projeto Ceres Digital tem permitido melhorar e modernizar significativamente o ambiente produtivo da Ceres. Todos os processos estão sendo digitalizados; foram adquiridos novos servidores em nuvem; novos aplicativos e sistemas que tem aumentado a qualidade e eficiência do trabalho dos nossos analistas.

As ações já implementadas no Ceres Digital permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais, mantendo a prestação de serviço com qualidade para nossos participantes, assistidos e fornecedores.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdências, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

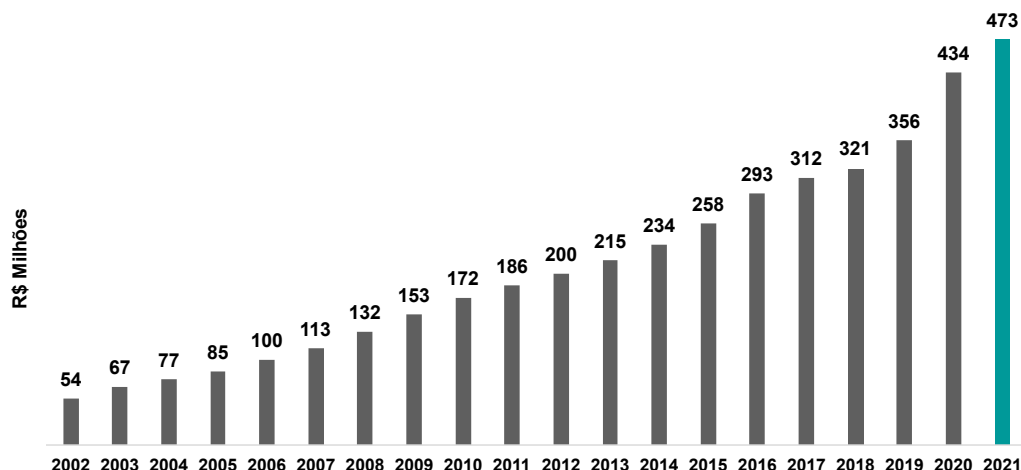
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando aproximadamente 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios e práticas da boa governança corporativa, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2021, quando a Ceres completou 43 anos, os planos administrados pela Fundação contavam com 22.321 associados, sendo 13.100 (59%) participantes e 9.221 assistidos (41%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 473 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 3,8 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (2001 - 2021)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios, a saber:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2021.

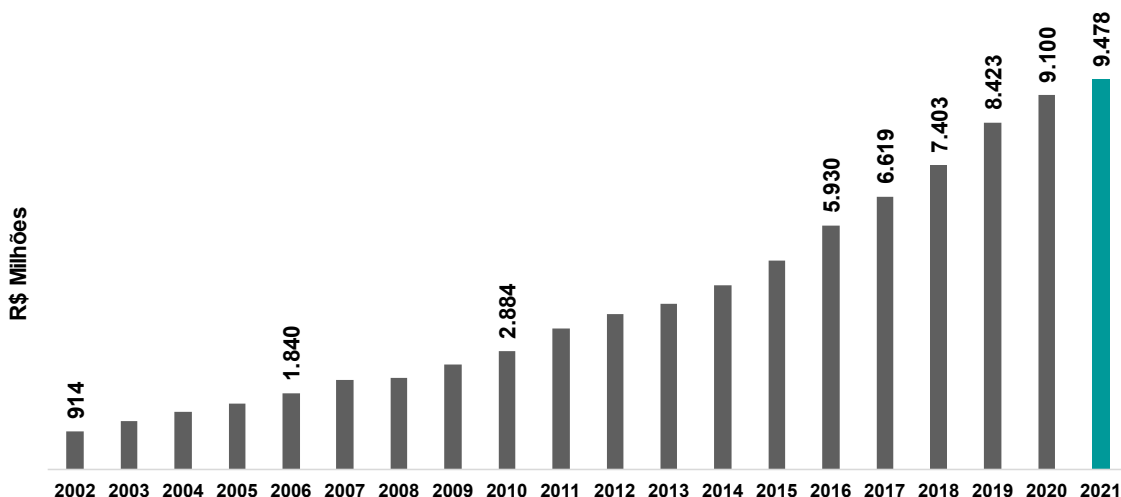
| Plano | CNPB | Data Início | Modalidade |
|--------------------|--------------|-------------|------------|
| Embrapa Básico | 1979.0004-92 | ago-79 | BD |
| Embrapa-FlexCeres | 2007.0007-92 | mai-07 | CV |
| Embrater Básico | 1979.0005-65 | ago-79 | BD |
| Ceres Básico | 2007.0010-47 | out-79 | BD |
| Ceres-FlexCeres | 2007.0008-65 | dez-05 | CV |
| Epagri Básico | 1981.0001-19 | jan-81 | BD |
| Epagri-Flexceres | 2005.0023-56 | jul-05 | CV |
| Epagri Saldado | 2005.0022-83 | jul-05 | BD |
| Emater Básico | 1982.0001-47 | fev-82 | BD |
| Emater-FlexCeres | 2007.0026-47 | nov-07 | CV |
| Emater Saldado | 2007.0025-74 | nov-07 | BD |
| Epamig Básico | 1982.0008-56 | mar-82 | BD |
| Epamig-FlexCeres | 2007.0033-92 | jan-08 | CV |
| Epamig Saldado | 2007.0031-47 | jan-08 | BD |
| Cidasc FlexCeres | 2009.0011-92 | jan-10 | CV |
| ABDI-FlexCeres | 2013.0009-11 | ago-13 | CD |
| EmaterDF-FlexCeres | 2014.0008-83 | set-14 | CV |
| Família Ceres | 2018.0003-65 | jun-18 | CD |

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

PATRIMÔNIO TOTAL

De 2002 até dezembro de 2021, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1000%, passando de R\$ 914 milhões para R\$ 9,5 bilhões (Gráfico 2). Em 2021, a Fundação ocupava a 18ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (2001 - 2021)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

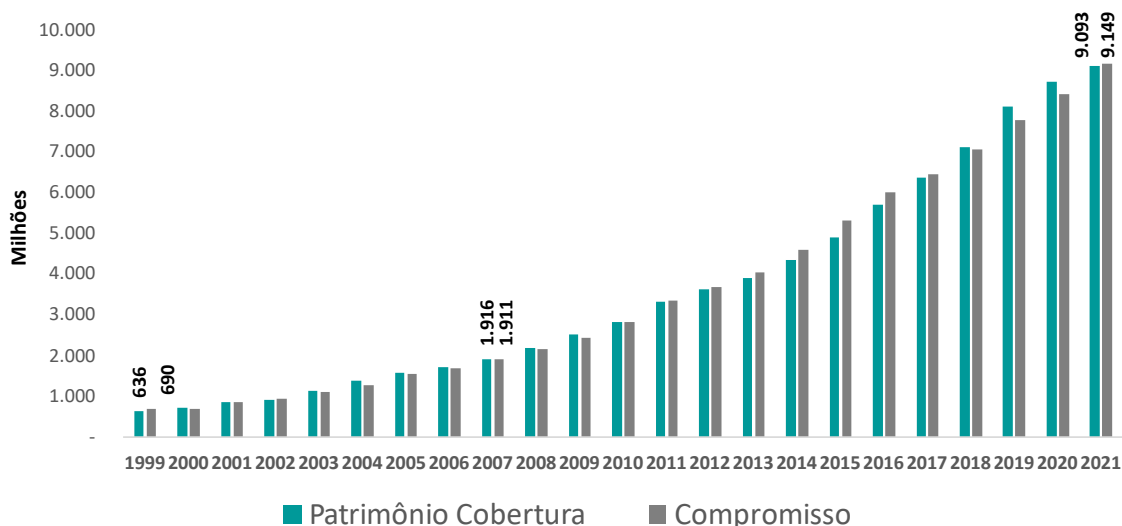
O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2020.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado ficou aquém do compromisso previdenciário em 55,2 milhões, sobretudo pela redução da taxa de juros atuarial. No entanto, quando considerado o ajuste de precificação, o resultado é positivo.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (2001 - 2021)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri é patrocinadora de três planos com características distintas: dois de Benefício Definido (BD), um Básico e um Saldado, e um plano de Contribuição Variável (CV), o Epagri-FlexCeres (Quadro 2).

Quadro 2: Principais características dos planos Básico, Saldado e FlexCeres.

| Planos Básico e Saldado | Plano FlexCeres |
|---|---|
| Mesmo elenco de beneficiários | Mesmo elenco de beneficiários |
| Benefícios programados e de risco | Benefícios programados e de risco |
| Contribuições patronais de saldamento (plano Básico) | Contribuição patronal - limite de 7% dos salários de participação dos participantes |
| Plano de aposentadoria mutualista | Plano de aposentadoria individual |
| Benefício pré-definido (média dos 12 últimos salários de participação) | Meta de Benefício (depende do valor acumulado) |
| Não permite aumento do benefício, pois o limite é definido em função do salário de participação. | Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade. |
| Benefício de risco = baseado na média do salário de participação | Benefício de risco = baseado na meta programada |
| Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano | Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano |
| Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS. | Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 55 anos de idade e rescisão do contrato de trabalho |
| Aposentadoria proporcional (fator atuarial de antecipação de idade) | Aposentadoria proporcional ao valor acumulado (saldo de contribuições) |
| Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS | Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS |
| Reajuste do benefício: INPC | Reajuste benefício: com base na variação da cota patrimonial acumulada, limitada à variação do INPC. |

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA

A Política de Previdência, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2021 a 2023.

Tem como objetivo geral orientar a formulação de estratégias para a melhor gestão dos planos de benefícios administrados pela Ceres, resguardando essencialmente aos participantes e assistidos dos planos, e aos seus beneficiários, a proteção previdenciária para os participantes ao se desvincularem da empresa patrocinadora ou se afastarem para tratamento da saúde, acidente, invalidez, reclusão ou morte, por meio das coberturas de auxílios, aposentadorias e pensão, sob a forma de pecúlio e rendas vitalícias, temporárias ou pagamento único.

A este objetivo geral subordinam-se os seguintes objetivos específicos:

I. Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;

II. Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de previdência por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;

III. Orientar as partes envolvidas na gestão de previdência, Ceres, Patrocinadores, Instituidores e Representantes dos planos, quanto às diretrizes da gestão previdencial necessárias para a condução dos trabalhos;

IV. Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadores, instituidores, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos;

V. Garantir a assertividade nas informações, apresentações e demonstrações da Ceres na gestão dos planos de benefícios, aos clientes internos e externos, mediante a utilização de recursos e sistemas de tecnologia digital.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2021

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das

variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, conseqüentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2021, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2021, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefício.

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2021 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

| Premissa Atuarial | Plano | | |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|
| | Epagri Básico | Epagri Saldado | Epagri FlexCeres |
| Tábua de Mortalidade Geral | AT 83 Male & Female | BR-EMSsb-v.2010 Male & Female | |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | MI-85 M&F | | |
| Tábua de Entrada de Invalidez | TASA 1927 | | |
| Taxa Real de Juros | 4,91% | 5,08% | 4,64% |

Os resultados da avaliação atuarial dos planos estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2021, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2021 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar

aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2021 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2021, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 4.661/2021 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

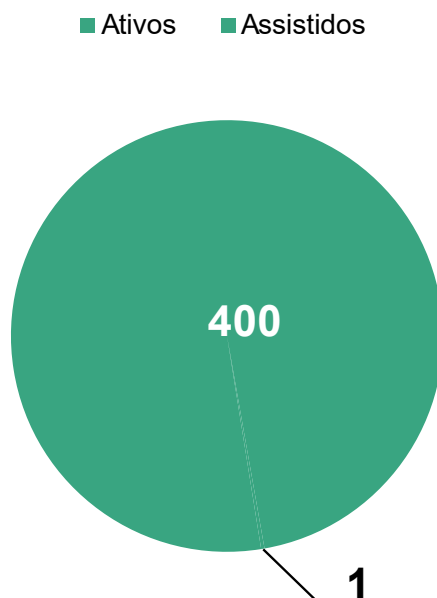
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO EPAGRI BÁSICO

Número de participantes

O Plano Epagri Básico, fechado para novas adesões, encerrou 2021 com um total de 401 associados, sendo 400 assistidos - aposentados e pensionistas e 1 participante.

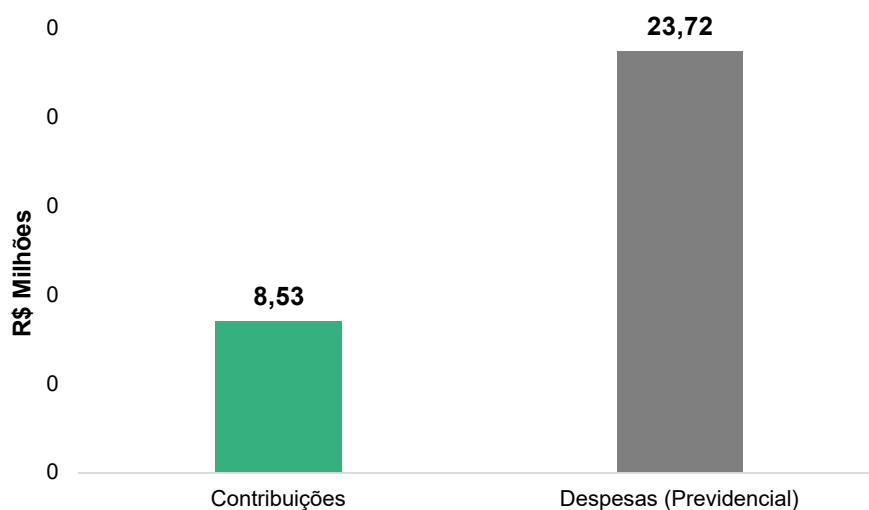
Gráfico 4: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2021, os participantes e assistidos, e sobretudo a patrocinadora, contribuíram com R\$ 8,5 milhões. No ano, foram pagos R\$ 23,7 milhões aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2021



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 33,49% passando de R\$ 152,6 milhões em 2021, para R\$ 203,7 milhões em 2021.

Esse crescimento decorreu sobretudo da reclassificação contábil, em atendimento à Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2021, em que os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado foram registrados no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial" do Ativo, que anteriormente estavam registrados no grupo "Provisões Matemáticas a Constituir" no Passivo (Quadro 4).

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Básico (2020/2021).

| ATIVO | 2021 | 2020 | PASSIVO | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|----------------|----------------|--|----------------|----------------|
| DISPONÍVEL | 23 | 8 | EXIGÍVEL OPERACIONAL | 743 | 730 |
| REALIZÁVEL | 203.723 | 152.618 | Gestão Previdencial | 736 | 670 |
| Gestão Previdencial | 38.396 | 4.107 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Gestão Administrativa | 1.013 | 959 | Investimentos | 7 | 60 |
| Investimentos | 164.314 | 147.552 | EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 932 | 190 |
| Títulos Públicos | 6.421 | 0 | Gestão Previdencial | 0 | 0 |
| Créditos Privados e Depósitos | 0 | 0 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Ações | 0 | 0 | Investimentos | 932 | 190 |
| Fundos de Investimentos | 150.076 | 141.613 | PATRIMÔNIO SOCIAL | 202.071 | 151.706 |
| Investimentos Imobiliários | 6.067 | 4.174 | Patrimônio de Cobertura do Plano | 200.075 | 149.852 |
| Empréstimos e Financiamentos I. | 1.750 | 1.764 | Provisões Matemáticas | 213.162 | 153.393 |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 0 | 0 | Benefícios Concedidos | 213.069 | 204.854 |
| Outros Realizáveis | 0 | 0 | Benefícios a Conceder | 92 | 80 |
| PERMANENTE | 0 | 0 | (-) Provisões Matemáticas a Constituir | 0 | 51.541 |
| Imobilizado | 0 | 0 | Equilíbrio Técnico | (13.086) | (3.541) |
| | | | Resultados Realizados | (13.086) | (3.541) |
| | | | FUNDOS | 1.996 | 1.853 |
| | | | Fundos Previdenciais | 0 | 0 |
| | | | Fundos Administrativos | 1.013 | 959 |
| | | | Fundos dos Investimentos | 983 | 894 |
| TOTAL DO ATIVO | 203.746 | 152.626 | TOTAL DO PASSIVO | 203.746 | 152.626 |

Em 2021, do total de R\$ 164 milhões (80,65% do ativo total), R\$ 150 milhões (73,66%) estavam investidos basicamente em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável com gestão própria e terceirizada.

Os montantes investidos nos segmentos imobiliário, empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos, representam uma parcela pequena (3,84%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 213 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 5.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Básico no ano de 2021 foi de 10,80%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,04% a.a.) fechado em 15,71% no mesmo período.

Quadro 5: Resultados do plano em 2021

| | |
|---|-------------------|
| Resultado Contábil acumulado em 2019 | -4.067.590 |
| Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2020 | -17.201.223 |
| Resultado positivo dos Investimentos em 2020 | 16.381.241 |
| Contribuições Previdenciárias | 24.874.755 |
| Despesas Previdenciárias | -23.139.727 |
| Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos | -388.635 |
| Resultado Contábil em 2020 | -3.541.180 |
| Ajuste de Precificação | 6.746.351 |
| Resultado Técnico Ajustado em 2020 | 3.205.171 |

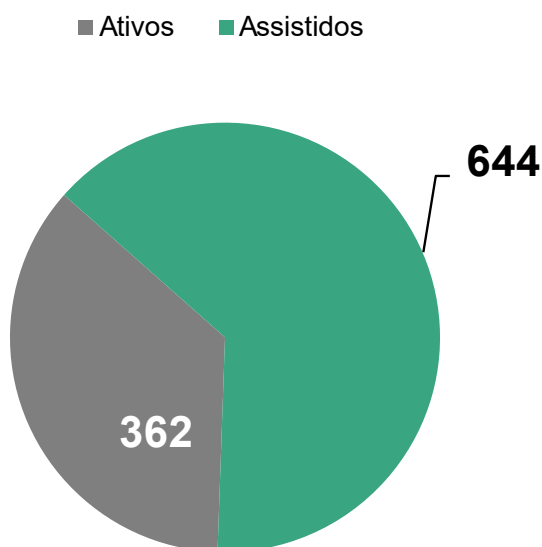
O plano Epagri Básico apresentou resultado técnico ajustado negativo em R\$ 6,5 milhões.

PLANO EPAGRI SALDADO

Número de participantes

O Plano Epagri Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2021, um total de 1.006 associados (Gráfico 6), sendo 362 (35,98%) participantes e 644 (64,02%) assistidos - aposentados e pensionistas.

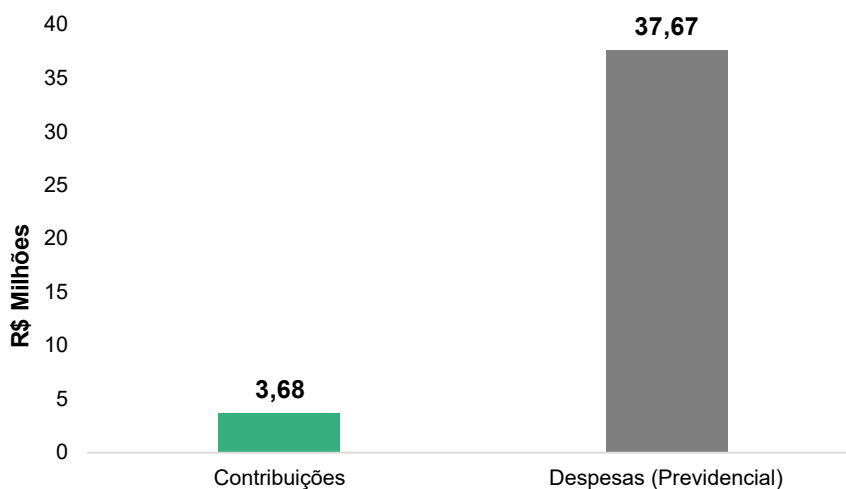
Gráfico 6: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 3,7 milhões. No ano, foram pagos R\$ 37,7 milhões aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias - 2021



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano Epagri Saldado cresceu 0,77%, passando de R\$ 555 milhões em 2020 para R\$ 559 milhões, em 2021 (Quadro 13).

Em 2021, do total de R\$ 556 milhões (100% do ativo total), R\$ 504 milhões (90% do ativo total) estavam investidos basicamente em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável com gestão própria e terceirizada.

Os montantes investidos nos segmentos imobiliário e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena (5,52%) do ativo total.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Saldado (2020/2021).

| ATIVO | 2021 | 2020 | PASSIVO | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|----------------|----------------|---|-----------------|----------------|
| DISPONÍVEL | 19 | 13 | EXIGÍVEL OPERACIONAL | 530 | 521 |
| REALIZÁVEL | 559.507 | 555.259 | Gestão Previdencial | 506 | 474 |
| Gestão Previdencial | 84 | 89 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Gestão Administrativa | 3.288 | 3.127 | Investimentos | 24 | 47 |
| Investimentos | 556.135 | 552.043 | EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 226 | 31 |
| Títulos Públicos | 20.389 | 0 | Gestão Previdencial | 0 | 0 |
| Créditos Privados e Depósitos | 0 | 0 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Ações | 0 | 0 | Investimentos | 226 | 31 |
| Fundos de Investimentos | 504.846 | 528.244 | PATRIMÔNIO SOCIAL | 558.771 | 554.721 |
| Investimentos Imobiliários | 28.357 | 19.582 | Patrimônio de Cobertura do Plano | 552.598 | 548.907 |
| Empréstimos e Financiamentos I. | 2.512 | 4.185 | Provisões Matemáticas | 603.577 | 534.215 |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 31 | 32 | Benefícios Concedidos | 476.263 | 417.281 |
| Outros Realizáveis | 0 | 0 | Benefícios a Conceder | 127.314 | 116.934 |
| PERMANENTE | 0 | 0 | (-) Provisões Matemáticas a Constituir | 0 | 0 |
| Imobilizado | 0 | 0 | Equilíbrio Técnico | (50.979) | 14.692 |
| | | | Resultados Realizados | (50.979) | 14.692 |
| | | | FUNDOS | 6.173 | 5.814 |
| | | | Fundos Previdenciais | 0 | 0 |
| | | | Fundos Administrativos | 3.288 | 3.127 |
| | | | Fundos dos Investimentos | 2.885 | 2.686 |
| TOTAL DO ATIVO | 559.527 | 555.272 | TOTAL DO PASSIVO | 559.527 | 555.272 |

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 476 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou de R\$ 127 milhões.

Em 2021, os fundos administrativos somaram R\$ 3,3 milhões e os fundos de investimentos R\$ 2,9 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7.

Observa-se que houve um crescimento de R\$ 69 milhões dos compromissos previdenciários, valor superior ao resultado dos investimentos de R\$ 38 milhões. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Saldado foi de 8,41% no ano de 2021, tendo a meta atuarial (INPC + 5,48% a.a.) fechado em 16,20%.

Quadro 7: Resultados do plano em 2021

| | |
|---|--------------------|
| Resultado Contábil acumulado em 2020 | 14.691.918 |
| Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2021 | -69.361.775 |
| Resultado dos Investimentos em 2021 | 38.527.591 |
| Contribuições Previdenciárias | 3.677.911 |
| Despesas Previdenciárias | -37.671.189 |
| Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos | -843.490 |
| Resultado Contábil em 2021 | -50.979.034 |
| Ajuste de Precificação | 31.454.806 |
| Resultado Técnico Ajustado em 2021 | -19.524.228 |

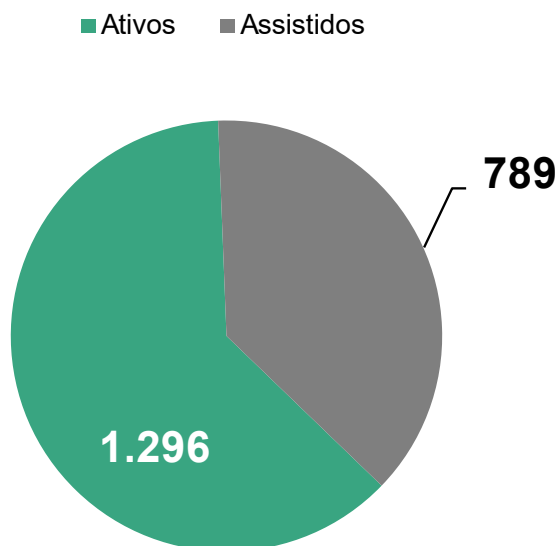
O resultado técnico ajustado do plano Epagri Saldado em 2021 foi negativo em R\$ 19,5 milhões.

PLANO EPAGRI FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Epagri-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2021, um total de 2.085 associados, sendo 1.296 (62%) participantes e 789 (38%) assistidos - aposentados e pensionistas, conforme apresentado no Gráfico 8, a seguir.

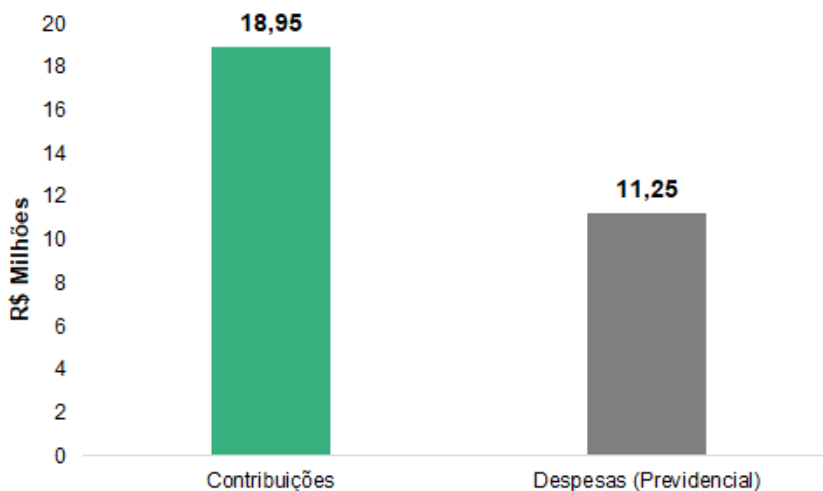
Gráfico 8: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2021, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 18,9 milhões. Das despesas previdenciárias, R\$ 11,2 milhões foram destinadas ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença.

Gráfico 9: Contribuições e despesas previdenciárias – 2021



PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Balço Contábil do plano

O ativo do plano Epagri-FlexCeres cresceu 1%, passando de R\$ 371 milhões em 2020 para R\$ 375 milhões em 2021 (Quadro 08).

Em 2021, do total de R\$ 370 milhões (98,72% do ativo total), R\$ 305 milhões (81,29% do ativo total) foram investidos basicamente em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável com gestão própria e terceirizada. Os montantes investidos em operações com participantes (empréstimos) representam uma pequena parcela de (1,06%) do ativo total.

Quadro 8: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri FlexCeres (2020/2021).

| ATIVO | 2021 | 2020 | PASSIVO | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|----------------|----------------|---|----------------|----------------|
| DISPONÍVEL | 19 | 7 | EXIGÍVEL OPERACIONAL | 997 | 748 |
| REALIZÁVEL | 375.463 | 371.760 | Gestão Previdencial | 989 | 724 |
| Gestão Previdencial | 2.591 | 3.142 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Gestão Administrativa | 2.184 | 2.053 | Investimentos | 8 | 24 |
| Investimentos | 370.687 | 366.566 | EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 0 | 0 |
| Títulos Públicos | 61.463 | 0 | Gestão Previdencial | 0 | 0 |
| Créditos Privados e Depósitos | 0 | 0 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Ações | 0 | 0 | Investimentos | 0 | 0 |
| Fundos de Investimentos | 305.247 | 363.967 | PATRIMÔNIO SOCIAL | 374.485 | 371.019 |
| Investimentos Imobiliários | 0 | 0 | Patrimônio de Cobertura do Plano | 366.991 | 355.668 |
| Empréstimos e Financiamentos I. | 3.978 | 2.598 | Provisões Matemáticas | 366.991 | 355.668 |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 0 | 0 | Benefícios Concedidos | 139.868 | 137.612 |
| Outros Realizáveis | 0 | 0 | Benefícios a Conceder | 227.123 | 218.056 |
| PERMANENTE | 0 | 0 | (-) Provisões Matemáticas a Constituir | 0 | 0 |
| Imobilizado | 0 | 0 | Equilíbrio Técnico | 0 | 0 |
| | | | Resultados Realizados | 0 | 0 |
| | | | FUNDOS | 7.494 | 15.351 |
| | | | Fundos Previdenciais | 5.129 | 13.114 |
| | | | Fundos Administrativos | 2.184 | 2.053 |
| | | | Fundos dos Investimentos | 181 | 184 |
| TOTAL DO ATIVO | 375.482 | 371.768 | TOTAL DO PASSIVO | 375.482 | 371.768 |

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 139 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 227 milhões.

Em 2021, os fundos previdências totalizaram R\$ 5,1 milhões, os fundos administrativos somaram R\$ 2,2 milhões e os fundos de investimentos R\$ 181 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 16. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 11 milhões dos compromissos previdenciários, valor superior ao resultado dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri-FlexCeres, no ano de 2021, foi de 0,08%, tendo o índice de referência (INPC + 4,64% a.a.) fechado em 15,27%.

Quadro 9: Resultados do plano em 2021

| | |
|---|-------------|
| Resultado Contábil acumulado em 2019 | 0 |
| Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2020 | -33.779.571 |
| Resultado positivo dos Investimentos em 2020 | 23.475.119 |
| Contribuições Previdenciárias | 19.364.068 |
| Despesas Previdenciárias | -10.181.826 |
| Contingências de Benefícios | 2.431.523 |
| Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos | -1.309.314 |
| Resultado Contábil em 2020 | 0 |
| Ajuste de Precificação | 2.852.939 |
| Resultado Técnico Ajustado em 2020 | 0 |

O plano Epagri-FlexCeres encerrou o exercício de 2021 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2020, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil. Dessa forma, o Resultado Técnico Ajustado refere-se ao Resultado Contábil.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAGRI

O patrocinador Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima da meta atuarial e do índice de referência dos planos. No segmento renda variável houve um aumento na exposição. No segmento de operações com participantes a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

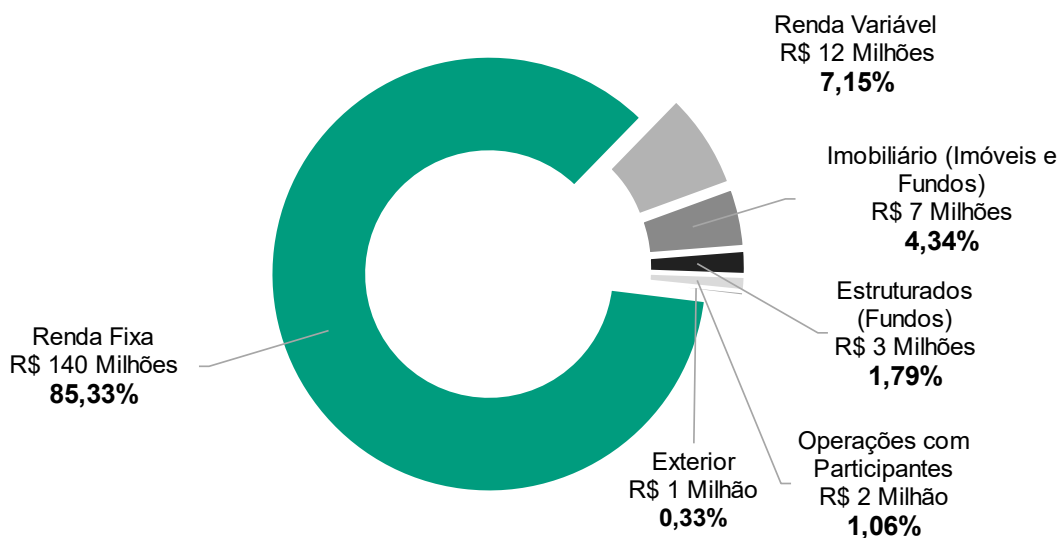
Com relação aos demais segmentos (estruturado e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO EPAGRI BÁSICO

Os recursos garantidores do plano Epagri Básico foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 85,33% do total, seguido das alocações em renda variável, com 7,15% e imóveis, com 4,34% do montante investido. Em investimentos estruturados foram alocados 1,79% do total dos recursos operações com participantes 1,06% e investimentos no exterior 0,33%. (Gráfico 10).

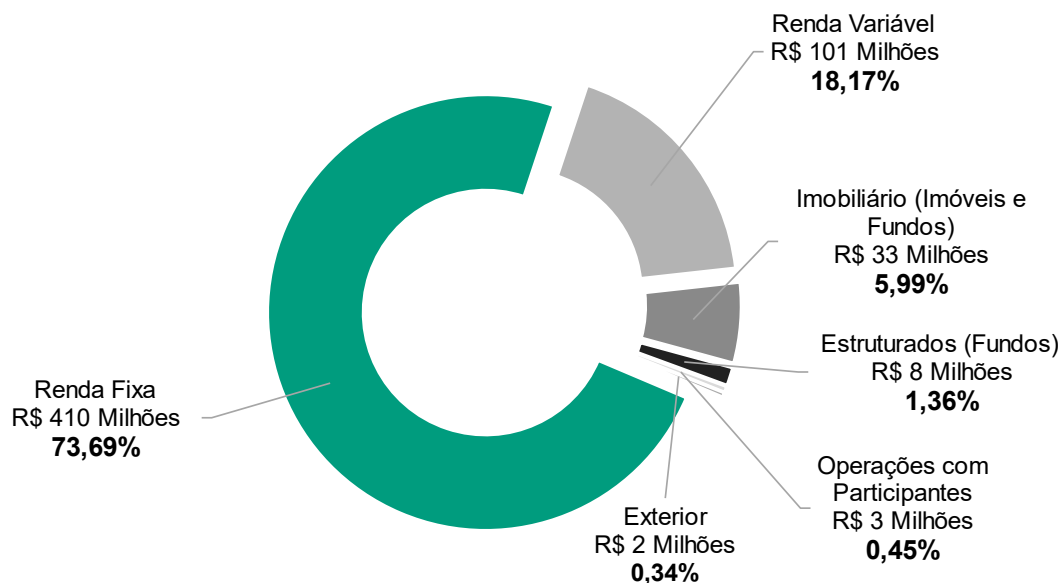
Gráfico 10: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAGRI SALDADO

Os recursos garantidores do plano Epagri Saldado foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 73,69% do total das aplicações, seguido das alocações renda variável, que equivalem a 18,17% do montante investido. No segmento imobiliário foi alocado 5,99% do total investido, em investimentos estruturados 1,36%, operações com participantes 0,45% e investimentos no exterior 0,34%. (Gráfico 11).

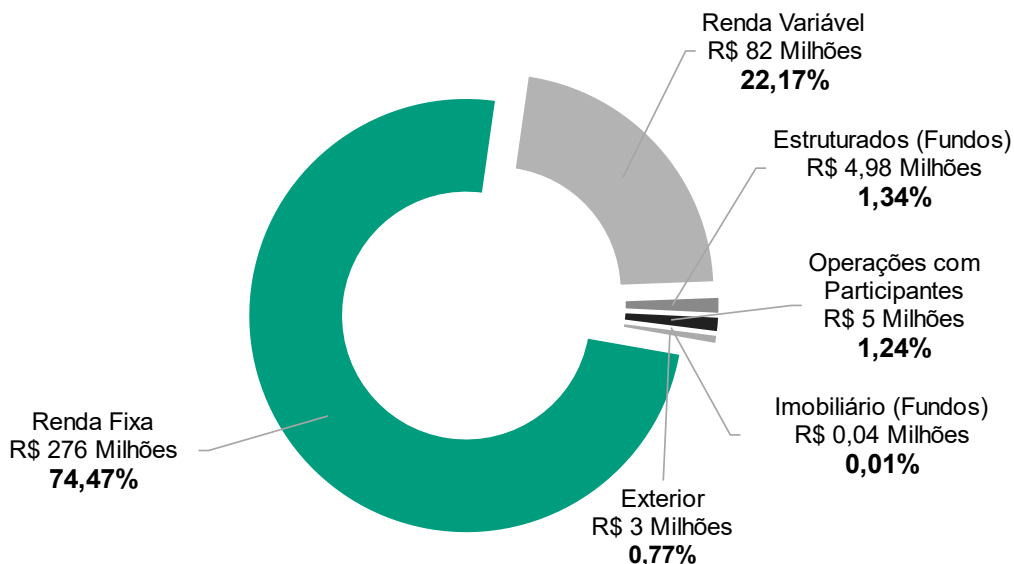
Gráfico 11: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Epagri Saldado



PLANO EPAGRI FLEXCERES

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 74,47% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 22,17% do montante investido. Em investimentos estruturados foram alocados 1,34% do total investido, em operações com participantes 1,24%, no segmento imobiliário 0,01% e no exterior 0,77% (Gráfico 12).

Gráfico 12: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Epagri-FlexCeres



RESULTADOS EM 2021

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2021 foi caracterizado por um aumento da inflação, causada basicamente pela falta de oferta de matéria prima e dos produtos alimentícios que, como consequência, levaram ao aumento das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A taxa Selic encerrou 2021 em 9,25%, o IPCA foi de 10,06% e o INPC de 10,16%. O mercado acionário reagiu negativamente durante o ano, com o resultado negativo da Bolsa de Valores, medido pelo Índice Bovespa, que foi de 11,93%.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Do total do plano Epagri Básico investido em renda fixa, que soma R\$ 20,1 milhões, 59,34% foram alocados em títulos públicos e 40,67% em títulos privados (Quadro 10).

Ao final de 2021, o plano Epagri Saldado detinha R\$ 377 milhões investidos no segmento de renda fixa, sendo a maior parcela (90,69%) alocada em títulos públicos.

Dos recursos do plano Epagri FlexCeres investidos em renda fixa, 85,74% estão alocados em títulos públicos e 14,26% em títulos privados (Quadro 10). Em 2021, o montante total investido nesse segmento foi de R\$ 281 milhões.

Quadro 10: Composição dos ativos de renda fixa em 2021 (R\$).

| Investimentos/Ativos | Epagri Básico | % sobre o Total Geral | Epagri Saldado | % sobre o Total Geral | Epagri FlexCeres | % sobre o Total Geral |
|---|-------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| NTN - B - Nota do Tesouro Nacional série B | 15.524.974 | 45,79% | 302.205.882 | 72,69% | 187.776.649 | 66,73% |
| NTN - C - Nota do Tesouro Nacional série C | 1.460.034 | 4,31% | 28.464.831 | 6,85% | - | 0,00% |
| LFT - Letra Financeira Tesouro | 11.492 | 0,03% | 395.500 | 0,10% | 13.494.926 | 4,80% |
| LTN - O - Letra do Tesouro Nacional Over | 6.155 | 0,02% | 211.845 | 0,05% | 234.096 | 0,08% |
| NTN - O - Nota do Tesouro Nacional Over | 3.118.828 | 9,20% | 45.772.014 | 11,01% | 39.755.039 | 14,13% |
| Total - Títulos Públicos | 20.121.484 | 59,34% | 377.050.072 | 90,69% | 241.260.710 | 85,74% |
| DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial | 302.188 | 0,89% | 898.708 | 0,22% | 1.088.583 | 0,39% |
| CCI - Cédula de Crédito Imobiliário | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários | 732.536 | 2,16% | 1.531.708 | 0,37% | 547.926 | 0,19% |
| Debêntures | 3.939.274 | 11,62% | 11.708.370 | 2,82% | 8.335.975 | 2,96% |
| Letra Financeira | 8.717.050 | 25,71% | 24.279.580 | 5,84% | 24.109.624 | 8,57% |
| FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios | 98.059 | 0,29% | 291.627 | 0,07% | 6.045.285 | 2,15% |
| Total - Títulos Privados e Fundos | 13.789.107 | 40,67% | 38.709.993 | 9,31% | 40.127.393 | 14,26% |
| Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos) | - | 3,092 | - | 12,233 | - | 4,868 |
| Total Geral - (Títulos Públicos e Privados) | 33.907.499 | | 415.747.832 | | 281.383.235 | |

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2021, as aplicações dos planos patrocinados pela Epagri totalizaram R\$ 194,9 milhões, sendo aproximadamente R\$ 11,7 milhões relativos ao plano Básico, R\$ 101 milhões ao plano Saldado e R\$ 82 milhões ao plano FlexCeres.

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência, com gestão própria da Fundação Ceres e gestão terceirizada.

Os recursos investidos pelos planos no Fundo Agrociência estavam assim distribuídos, conforme o Quadro 11.

Quadro 11: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

| Ação/Papel | Epagri Básico | % sobre o Total | Epagri Saldado | % sobre o Total | Epagri FlexCeres | % sobre o Total |
|--|-------------------|-----------------|--------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| FUNDO AGROCIÊNCIA | 7.576.930 | 64,50% | 58.134.384 | 57,55% | 34.122.471 | 41,52% |
| OCEANA SERRA DA CAPIVARA FIA | 801.590 | 6,82% | 9.144.229 | 9,05% | 10.104.727 | 12,30% |
| AGUAS EMENDADAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | 755.369 | 6,43% | 8.616.956 | 8,53% | 9.522.070 | 11,59% |
| BURITIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | 597.255 | 5,08% | 6.813.254 | 6,74% | 7.528.909 | 9,16% |
| TIJUCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | 502.718 | 4,28% | 5.734.815 | 5,68% | 6.337.193 | 7,71% |
| CHAPADA DOS VEADEIROS FIA | 476.288 | 4,05% | 5.433.314 | 5,38% | 6.004.022 | 7,31% |
| IGUACU FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | 445.910 | 3,80% | 5.086.774 | 5,04% | 5.621.082 | 6,84% |
| SMAL11 | 590.520 | 5,03% | 2.057.301 | 2,04% | 2.939.357 | 3,58% |
| Total | 11.746.579 | 100,00% | 101.021.026 | 100,00% | 82.179.831 | 100,00% |

ESTRUTURADOS

Os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 15,1 milhões em 2021, sendo R\$ 3,2 milhões no plano Epagri Básico, R\$ 7,8 milhões no plano Epagri Saldado e R\$ 4 milhões no plano Epagri FlexCeres.

Os recursos estão alocados em até 11 (onze) fundos de investimentos, sendo 3 (três) Fundos de Investimentos Multimercados – FIM, após o rebalanceamento da carteira e 8 (oito) Fundos de Investimentos em Participações - FIP. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros.

Ao final de 2021, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 12):

Quadro 12: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

| Fundo | Gestor Externo | Epagri Básico | % sobre o Total Geral | Epagri Saldado | % sobre o Total Geral | Epagri FlexCeres | % sobre o Total Geral |
|---|-------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| FIM Ibiuna Hedge | Ibiuna Gestão | 500.245 | 15,43% | - | 0,00% | 1.664.558 | 41,31% |
| FIM Garde Dumas | Gard Asset | 329.825 | 10,17% | - | 0,00% | 1.097.490 | 27,23% |
| FIM Neo Mult Estratégia | Neo Gestão | 548.218 | 16,91% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados) | | 1.378.288 | 42,50% | - | 0,00% | 2.762.048 | 68,54% |
| FIP Nordeste II | Vinci Partners | - | 4.301 | -0,13% | - | 20.031 | -0,25% |
| FIP Investidores Institucionais III | Angra Patners Ltda | 46.550 | 1,44% | 216.818 | 2,76% | - | 0,00% |
| FIP Inseed FIMA | Inseed Investimentos Ltda | 154.284 | 4,76% | 800.629 | 10,17% | 237.504 | 5,89% |
| FIP DGF FICPAC 2 | DGF Gestão de Fundos Ltda | 131.317 | 4,05% | 646.942 | 8,22% | 207.353 | 5,15% |
| FIP Brasil Agronegócio | BRZ Investimentos Ltda | 224.143 | 6,91% | 1.044.003 | 13,27% | - | 0,00% |
| FIP Empreendedor Brasil | BRZ Investimentos | 304.174 | 9,38% | 1.416.767 | 18,01% | - | 0,00% |
| FIP Angra Infra | Angra Patners Ltda | 367.221 | 11,32% | 1.710.426 | 21,74% | - | 0,00% |
| FIP BTG Infraestrutura II FIC | BTG Pactual Gestora Rec. Ltda | 337.034 | 10,39% | 1.748.978 | 22,23% | 518.829 | 12,87% |
| Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações) | | 1.864.595 | 57,50% | 7.868.706 | 100,00% | 1.267.859 | 31,46% |
| Total Geral (FIM, FIP e FMIEE) | | 3.242.884 | | 7.868.706 | | 4.029.907 | |

IMOBILIÁRIO

Os ativos alocados nesse segmento têm o objetivo de gerar fluxo de caixa a partir da renda de aluguéis dos imóveis e dos recebíveis dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII

Do total investido, do plano Epagri Básico, isto é, R\$ 5,2 milhões, 80% estavam alocados em imóveis, com R\$ 4,1 milhões (Quadro 13), cuja gestão é própria da Ceres e o restante, 20%, perfazendo R\$ 1 milhão, foram alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 15), da qual a gestão é terceirizada.

No tocante ao plano Epagri Saldado, ao final de 2021, R\$ 19,6 milhões estavam alocados em imóveis e R\$ 4,9 milhões em Fundos de Investimentos Imobiliários.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Epagri FlexCeres, totalizaram R\$ 388 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 14)

Quadro 13: Composição e valor dos ativos –imóveis - 2021.

| Ativo/Local | Epagri Básico | % sobre o Total | Epagri Saldado | % sobre o Total |
|----------------------------------|------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| Shopping Center | 2.965.147 | 70,74% | 13.810.934 | 70,23% |
| Shopping Conjunto Nacional - DF | 1.627.154 | 38,82% | 7.578.889 | 38,54% |
| Shopping Center Recife - PE | 1.337.993 | 31,92% | 6.232.045 | 31,69% |
| Prédios Comerciais | 942.180 | 22,48% | 4.388.447 | 22,32% |
| Edifício José Guerra - SP | 436.203 | 10,41% | 2.031.728 | 10,33% |
| Edifício Cenesp Bloco "C" - SP | 284.999 | 6,80% | 1.327.454 | 6,75% |
| Edifício Cenesp Bloco "J" - SP | 20.460 | 0,49% | 95.296 | 0,48% |
| Edifício Ceres - DF | 200.519 | 4,78% | 933.969 | 4,75% |
| Salas Comerciais | 284.242 | 6,78% | 1.464.895 | 7,45% |
| Edifício Corporate Sala 303 - DF | 136.060 | 3,25% | 701.210 | 3,57% |
| Edifício Corporate Sala 304 - DF | 148.182 | 3,54% | 763.685 | 3,88% |
| TOTAL | 4.191.570 | | 19.664.275 | |

Quadro 14: Relação Fundos Imobiliários - 2021.

| Fundo | Gestor Externo | Epagri Básico | % sobre o Total Geral | Epagri Saldado | % sobre o Total Geral | Epagri FlexCeres | % sobre o Total Geral |
|--|-------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| FII RB Capital | RB Capital Investimentos Ltda | 2.689 | 0,25% | 13.849 | 1,31% | 3.083 | 7,94% |
| FII Claritas Logística | Claritas Adm. de Recursos | 26.800 | 2,53% | 139.091 | 13,14% | 35.744 | 92,06% |
| FII Hermes | Rio Bravo DTVM Ltda | 361.665 | 34,16% | 1.679.026 | 158,58% | 0 | 0,00% |
| FII Projeto Água Branca | Coinalores CCVM Ltda | 667.622 | 63,06% | 3.109.620 | 293,70% | 0 | 0,00% |
| Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários) | | 1.058.776 | 100,00% | 4.941.586 | 466,73% | 38.827 | 100,00% |

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Ao final de 2021, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 2 milhões no plano Epagri Básico (Quadro 15), correspondente a 1,06% do total de recursos do plano; R\$ 3 milhões no plano Epagri Saldado (0,45% dos recursos investidos) e R\$ 5 milhões no plano Epagri FlexCeres (Quadro 17), equivalente a 1,24% dos investimentos desse plano.

Quadro 15: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri Básico).

| Descrição | 2020 | 2021 | Variação (%) |
|---|------------------|------------------|---------------|
| Valor Total da Carteira | 1.764.161 | 1.749.813 | -0,81% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 71 | 61 | -14,08% |
| Concessões de Empréstimos no período - R\$ | 1.529.537 | 1.880.230 | 22,93% |
| Quantidade de Concessões no período | 31 | 29 | -6,45% |

Quadro 16: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri Saldado).

| Descrição | 2020 | 2021 | Variação (%) |
|---|------------------|------------------|----------------|
| Valor Total da Carteira | 4.185.428 | 2.511.993 | -39,98% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 169 | 111 | -34,32% |
| Concessões de Empréstimos no período - R\$ | 3.343.995 | 1.316.464 | -60,63% |
| Quantidade de Concessões no período | 78 | 29 | -62,82% |

Quadro 17: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri FlexCeres).

| Descrição | 2020 | 2021 | Variação (%) |
|---|------------------|------------------|---------------|
| Valor Total da Carteira | 2.598.332 | 3.977.606 | 53,08% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 139 | 173 | 24,46% |
| Concessões de Empréstimos no período - R\$ | 1.901.528 | 3.501.793 | 84,16% |
| Quantidade de Concessões no período | 75 | 112 | 49,33% |

EXTERIOR

Observando a Política de Investimentos, em 2021, a Ceres iniciou as alocações de investimentos no Exterior, por meio de ETF (Exchange traded funds) que segue o S&P 500, principal índice acionário dos Estados Unidos.

Essa modalidade em expansão e com elevada liquidez, proporciona diversificação de riscos da carteira, além de aumentar a possibilidade de obter uma rentabilidade maior com uma carteira dolarizada.

Em 2021, essas aplicações tiveram rentabilidade acima da meta ou do índice de referência.

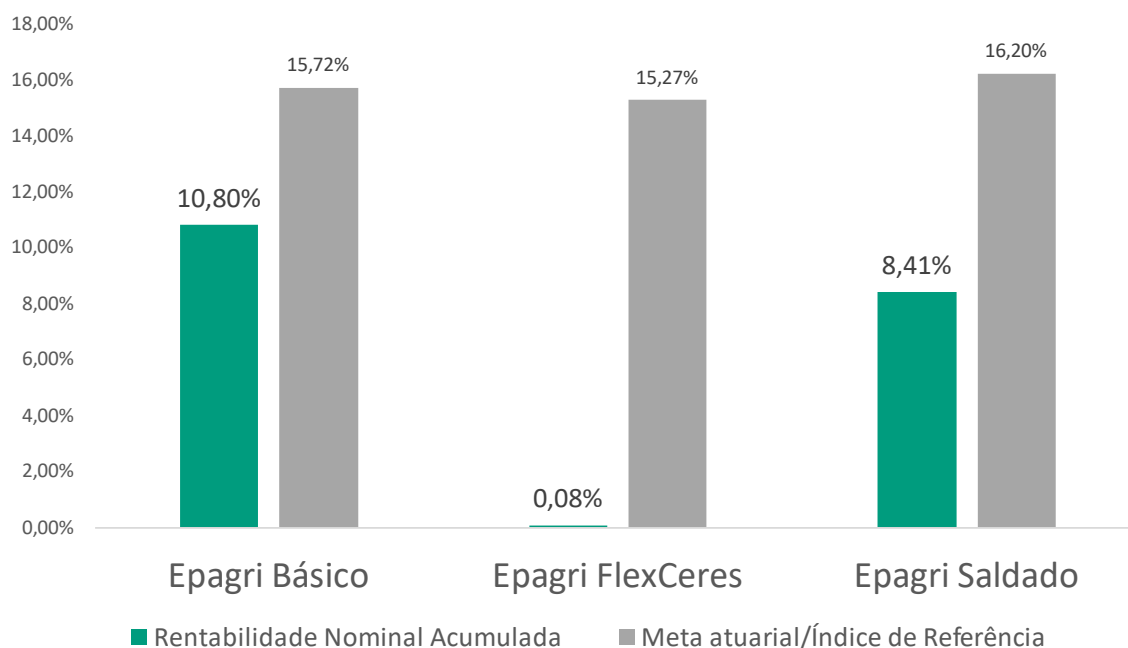
| Investimento no Exterior | Epagri Básico | % sobre o Total | Epagri Saldado | % sobre o Total | Epagri FlexCeres | % sobre o Total |
|--------------------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| IVVB11 | 543.673,12 | 100,00% | 1.908.140,00 | 100,00% | 2.857.513,04 | 100,00% |

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A Política de Investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

As rentabilidades dos planos patrocinados pela Empresa estão demonstradas no gráfico, a seguir.

Gráfico 13: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2021, por plano de benefícios, pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAGRI FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV) os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial do plano e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor de participação de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores utilizados para constituição dos fundos presidenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do método da Taxa Interna de Retorno (TIR)².

Ao longo de 2021, não houve crescimento da cota em função da conjuntura econômica que verificou uma queda na bolsa e o aumento da taxa de juros. (Quadro 18).

Isso significa que a cota do plano Epagri FlexCeres apresentou uma valorização real acima da inflação no período.

Quadro 18: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2021.

| Plano | Valor da Cota R\$ Dezembro/2020 | Valor da Cota R\$ Dezembro/2021 | Variação da Cota Patrimonial |
|------------------|------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Epagri FlexCeres | 5,55561918 | 5,51591168 | -0,71% |

² A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2021, as despesas administrativas totalizaram R\$ 35,4 milhões, representando uma variação de 10,12% em relação a 2020, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 19: Despesas administrativas consolidada – 2020/2021 – (R\$).

| Rubricas | 2021 | 2020 | Variação % | Média Ponderada |
|---|-------------------|-------------------|----------------|-----------------|
| Pessoal e Encargos | 24.789.378 | 23.071.156 | 7,45% | 5,34% |
| Treinamentos/Congressos e Seminários | 312.532 | 214.139 | 45,95% | 0,31% |
| Viagens e Estadias | 16.300 | 53.006 | -69,25% | -0,11% |
| Serviços de Terceiros | 4.303.273 | 3.358.812 | 28,12% | 2,93% |
| Auditoria Contábil | 52.000 | 91.000 | -42,86% | -0,12% |
| Consultoria de Investimentos | 170.570 | 158.981 | 7,29% | 0,04% |
| Consultoria Jurídica | 214.560 | 138.260 | 55,19% | 0,24% |
| Consultoria Gestão/Planejamento | 871.966 | 688.312 | 26,68% | 0,57% |
| Consultoria Recursos Humanos | 6.651 | 8.568 | -22,38% | -0,01% |
| Consultoria Informática | 2.732.812 | 2.045.900 | 33,58% | 2,13% |
| Consultoria Atuarial | 240.713 | 227.381 | 5,86% | 0,04% |
| Consultoria Contábil | 14.000 | - | - | - |
| Pessoa Física | - | 410 | -100,00% | 0,00% |
| Despesas Gerais | 2.736.629 | 2.816.831 | -2,85% | -0,25% |
| Depreciações e Amortizações | 420.813 | 260.536 | 61,52% | 0,50% |
| Tributos | 2.859.927 | 2.406.212 | 18,86% | 1,41% |
| Total das Despesas Administrativas | 35.438.852 | 32.180.693 | 10,12% | |

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2021 foi de R\$ 9,5 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 95 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 37% do que seria o custo máximo para fazer gestão dos planos de benefícios.

No quadro seguinte (Quadro 20), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 20: Despesas administrativas por plano – 2021 – (R\$).

| Plano | Pessoal e Encargos | Treinamentos/ Congressos e Seminários | Viagens e Estadias | Serviços de Terceiros | Despesas Gerais | Depreciações e Amortizações | Tributos | Total |
|------------------|--------------------|---------------------------------------|--------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------------|----------|------------------|
| Epagri Básico | 792.918 | 9.997 | 521 | 137.645 | 87.534 | 13.460 | 91.478 | 1.133.554 |
| Epagri Saldado | 1.320.901 | 16.653 | 869 | 229.300 | 145.821 | 22.423 | 152.391 | 1.888.357 |
| Epagri FlexCeres | 1.180.815 | 14.887 | 776 | 204.982 | 130.356 | 20.045 | 136.230 | 1.688.091 |

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras.

Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 21, seguinte, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2020 e de 2021.

Quadro 21: Despesas específicas de investimentos consolidada – 2020/2021 – (R\$).

| Rubricas | 2021 | 2020 | Varição % |
|--|------------------|------------------|---------------|
| Custódia | 837.577 | 665.273 | 25,90% |
| Controladoria | 726.428 | 661.311 | 9,85% |
| Taxa Cetip/Selic | 1.580.688 | 1.127.078 | 40,25% |
| Taxa Bovespa | 42.658 | 15.834 | 169,41% |
| Honorários/ Consultorias de Investimentos | 308.266 | 240.726 | 28,06% |
| Custas Judiciais - Investimentos | 5.258 | - | - |
| Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos | 598.497 | 465.791 | 28,49% |
| Taxa CVM | 407.603 | 364.130 | 11,94% |
| Taxa Anbima | 48.985 | 41.752 | 17,33% |
| Auditoria | 359.187 | 49.351 | 627,82% |
| Corretagem | 902.895 | 166.074 | 443,67% |
| Tarifas e Outros (Cartório e Emolumentos) | 419 | 2.061 | -79,66% |
| Total das Despesas | 5.818.461 | 3.799.381 | 53,14% |

No quadro seguinte, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 22: Despesas específicas de investimentos por plano – 2021 – (R\$).

| Plano | Custodia | Taxa de Controladoria | Taxa Cetip/Selic | Taxa Bovespa | Honorários/ Consultorias de Investimentos | Custas Judiciais - Investimentos | Taxa de Administração (Fundos/ Bradesco) | Taxa CVM | Taxa ANBIMA | Auditoria | Corretagem | Tarifas | TOTAL |
|------------------|----------|-----------------------|------------------|--------------|---|----------------------------------|--|----------|-------------|-----------|------------|---------|----------------|
| Epagri Básico | 10.506 | 12.320 | 27.381 | 444 | 13.934 | 0 | 18.064 | 14.241 | 1.735 | 15.770 | 6.302 | 3 | 120.699 |
| Epagri Saldado | 26.283 | 43.606 | 71.030 | 1.657 | 11.217 | 0 | 27.781 | 17.099 | 2.078 | 13.598 | 55.903 | 19 | 270.271 |
| Epagri-FlexCeres | 34.929 | 30.157 | 69.965 | 1.875 | 115 | 0 | 50.240 | 36.914 | 4.534 | 4.823 | 44.762 | 20 | 278.334 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Básico

| Item | 2020 | | 2021 | | Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018 | Limites Máximos Política de Investimentos |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------------|---|
| | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | | |
| Renda Fixa | 127.957.402 | 86,86% | 140.209.683 | 85,33% | 100,00% | 100,00% |
| Renda Variável | 8.457.250 | 5,74% | 11.746.579 | 7,15% | 70,00% | 20,00% |
| Imobiliário (Imóveis e Fundos) | 5.852.913 | 3,97% | 7.125.430 | 4,34% | 20,00% | 10,00% |
| Estruturados (Fundos) | 3.519.620 | 2,39% | 2.938.710 | 1,79% | 20,00% | 10,00% |
| Operações com Participantes | 1.764.161 | 1,20% | 1.749.813 | 1,06% | 15,00% | 5,00% |
| Exterior | - | 0,00% | 543.673 | 0,33% | 10,00% | 10,00% |
| Total dos Recursos Investidos | 147.551.345 | 100% | 164.313.888 | 100% | | |
| Disponível | 7.958 | 0,005% | 22.711 | 0,014% | | |
| Outros Realizáveis | 212 | 0,00% | - | 0,00% | | |
| Outras Exigibilidades | - 249.873 | -0,17% | - 31.109 | -0,02% | | |
| Total dos Recursos Garantidores | 147.309.642 | 100% | 164.305.490 | 100% | | |

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Saldado

| Item | 2020 | | 2021 | | Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018 | Limites Máximos Política de Investimentos |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------------|---|
| | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | | |
| Renda Fixa | 448.540.936 | 81,26% | 409.799.988 | 73,69% | 100,00% | 100,00% |
| Renda Variável | 64.863.475 | 11,75% | 101.021.027 | 18,17% | 70,00% | 20,00% |
| Imobiliário (Imóveis e Fundos) | 27.544.551 | 4,99% | 33.298.656 | 5,99% | 20,00% | 10,00% |
| Estruturados (Fundos) | 6.877.360 | 1,25% | 7.564.532 | 1,36% | 20,00% | 10,00% |
| Operações com Participantes | 4.185.428 | 0,76% | 2.511.993 | 0,45% | 15,00% | 5,00% |
| Exterior | - | 0,00% | 1.908.140 | 0,34% | 10,00% | 10,00% |
| Total dos Recursos Investidos | 552.011.749 | 100% | 556.104.336 | 100% | | |
| Disponível | 12.970 | 0,002% | 19.470 | 0,004% | | |
| Outros Realizáveis | 31.736 | 0,01% | 30.750 | 0,01% | | |
| Outras Exigibilidades | - 77.596 | -0,01% | - 31.109 | -0,01% | | |
| Total dos Recursos Garantidores | 551.978.859 | 100% | 556.123.448 | 100% | | |

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri-FlexCeres

| Item | 2020 | | 2021 | | Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018 | Limites Máximos Política de Investimentos |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------------|---|
| | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | | |
| Renda Fixa | 317.453.875 | 86,61% | 276.077.215 | 74,48% | 100,00% | 100,00% |
| Renda Variável | 38.073.107 | 10,39% | 82.186.389 | 22,17% | 70,00% | 20,00% |
| Estruturados (Fundos) | 8.069.386 | 2,20% | 5.549.923 | 1,50% | 20,00% | 9,00% |
| Operações com Participantes | 2.598.332 | 0,71% | 3.977.606 | 1,07% | 15,00% | 5,00% |
| Imobiliário (Imóveis e Fundos) | 371.056 | 0,10% | 38.827 | 0,01% | 20,00% | 5,00% |
| Exterior | - | 0,00% | 2.857.513 | 0,77% | 10,00% | 10,00% |
| Total dos Recursos Investidos | 366.565.755 | 100% | 370.687.473 | 100% | | |
| Disponível | 7.170 | 0,002% | 18.871 | 0,005% | | |
| Outras Exigibilidades | - 24.264 | -0,01% | - 31.109 | -0,01% | | |
| Total dos Recursos Garantidores | 366.548.661 | 100% | 370.675.235 | 100% | | |

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

EPAGRI BÁSICO

| Segmento | Atual ¹ | Limites sobre RG ² | | | |
|---|--------------------|-------------------------------|---------------|----------------|--------------------|
| | | Inferior | Objetivo | Superior | Legal ³ |
| Renda Fixa | 85,82% | 60,00% | 84,39% | 100,00% | 100,00% |
| I. Títulos Públicos: | 78,81% | 60,00% | - | 100,00% | 100,00% |
| Títulos da dívida pública mobiliária federal interna | 78,81% | 0,00% | - | 100,00% | - |
| Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos | 0,00% | 0,00% | - | 100,00% | - |
| II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras: | 7,38% | 0,00% | - | 80,00% | 80,00% |
| Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen: | 5,10% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs | 4,92% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| DPGEs | 0,18% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Poupança | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras: | 2,28% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| LHs, LCIs e LCAs | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Debêntures | 2,28% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| NCEs e CCEs | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Notas Promissórias | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Cotas de fundos de investimento de índice RF | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| III. Outras classes de ativos de renda fixa: | 0,07% | 0,00% | - | 20,00% | 20,00% |
| Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| LHs, LCIs e LCAs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Notas Promissórias | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Debêntures - Lei 12.431 | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB | 0,07% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC | 0,07% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| CCBs e CCCBs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| CPRs, CRAs, CDCAs e WAs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Demais ativos ⁴ | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III: | 7,45% | 0,00% | - | 80,00% | 80,00% |
| V. Ativos transitórios RF | 0,00% | 0,00% | - | - | - |
| VI. Caixa e Disponível | 0,32% | 0,00% | - | - | - |
| VII. Provisões, despesas e passivos | -0,76% | 0,00% | - | - | - |
| VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps | 0,00% | 0,00% | - | - | - |
| Renda Variável | 7,30% | 0,00% | 7,50% | 20,00% | 70,00% |
| Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial | 7,09% | 0,00% | - | 20,00% | 70,00% |
| Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial | 0,21% | 0,00% | - | 20,00% | 50,00% |
| Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 10,00% |
| Ouro físico | 0,00% | 0,00% | - | 3,00% | 3,00% |
| Opções | 0,00% | 0,00% | - | - | - |
| Estruturado | 1,86% | 0,00% | 3,44% | 12,00% | 20,00% |
| Cotas de fundos de investimento em participações - FIP | 0,99% | 0,00% | - | 5,00% | 15,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM | 0,87% | 0,00% | - | 8,00% | 15,00% |
| Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 15,00% |
| Certificado de Operações Estruturadas - COE | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 10,00% |
| Imobiliário | 3,66% | 0,00% | 3,00% | 10,00% | 20,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII | 0,69% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Certificados de recebíveis imobiliários - CRI | 0,32% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Células de crédito imobiliário - CCI | 0,00% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Imóveis ⁵ | 2,65% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Exterior | 0,33% | 0,00% | 0,66% | 10,00% | 10,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos de índice do exterior | 0,33% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶ | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Ativos transitórios Exterior | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Operações com Participantes | 1,03% | 0,00% | 1,01% | 5,00% | 15,00% |
| Empréstimo Simples | 1,03% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Financiamento ⁷ | 0,00% | 0,00% | - | - | - |

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

³ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.

EPAGRI SALDADO

| Segmento | Atual ¹ | Limites sobre RG ² | | | |
|---|--------------------|-------------------------------|---------------|----------------|--------------------|
| | | Inferior | Objetivo | Superior | Legal ³ |
| Renda Fixa | 74,96% | 60,00% | 80,54% | 100,00% | 100,00% |
| I. Títulos Públicos: | 68,67% | 60,00% | - | 100,00% | 100,00% |
| Títulos da dívida pública mobiliária federal interna | 68,67% | 0,00% | - | 100,00% | - |
| Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos | 0,00% | 0,00% | - | 100,00% | - |
| II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras: | 6,20% | 0,00% | - | 80,00% | 80,00% |
| Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen: | 4,24% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs | 4,08% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| DPGES | 0,16% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Poupança | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras: | 1,96% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| LHs, LCIs e LCAs | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Debêntures | 1,96% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| NCEs e CCEs | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Notas Promissórias | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Cotas de fundos de investimento de índice RF | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| III. Outras classes de ativos de renda fixa: | 0,06% | 0,00% | - | 20,00% | 20,00% |
| Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| LHs, LCIs e LCAs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Notas Promissórias | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Debêntures - Lei 12.431 | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB | 0,06% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC | 0,06% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| CCBs e CCCBs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| CPRs, CRAs, CDCAs e WAs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Demais ativos ⁴ | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III: | 6,26% | 0,00% | - | 80,00% | 80,00% |
| V. Ativos transitórios RF | 0,00% | 0,00% | - | - | - |
| VI. Caixa e Disponível | 0,32% | 0,00% | - | - | - |
| VII. Provisões, despesas e passivos | -0,29% | 0,00% | - | - | - |
| VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps | 0,00% | 0,00% | - | - | - |
| Renda Variável | 18,06% | 0,00% | 11,05% | 20,00% | 70,00% |
| Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial | 17,35% | 0,00% | - | 20,00% | 70,00% |
| Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial | 0,70% | 0,00% | - | 20,00% | 50,00% |
| Brazilian Depository Receipts (BDR) classificadas como nível II e III | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 10,00% |
| Ouro físico | 0,00% | 0,00% | - | 3,00% | 3,00% |
| Opções | 0,01% | 0,00% | - | - | - |
| Estruturado | 1,37% | 0,00% | 1,35% | 10,00% | 20,00% |
| Cotas de fundos de investimento em participações - FIP | 1,37% | 0,00% | - | 5,00% | 15,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM | 0,00% | 0,00% | - | 8,00% | 15,00% |
| Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 15,00% |
| Certificado de Operações Estruturadas - COE | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 10,00% |
| Imobiliário | 4,70% | 0,00% | 4,38% | 10,00% | 20,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII | 0,92% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Certificados de recebíveis imobiliários - CRI | 0,21% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Células de crédito imobiliário - CC | 0,00% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Imóveis ⁵ | 3,56% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Exterior | 0,33% | 0,00% | 2,07% | 10,00% | 10,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos de índice do exterior | 0,33% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶ | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Brazilian Depository Receipts (BDR) classificadas como nível I | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Ativos transitórios Exterior | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Operações com Participantes | 0,58% | 0,00% | 0,61% | 5,00% | 15,00% |
| Empréstimo Simples | 0,58% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Financiamento ⁷ | 0,00% | 0,00% | - | - | - |

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

³ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.

EPAGRI FLEX

| Segmento | Atual ¹ | Limites sobre RG ² | | | |
|---|--------------------|-------------------------------|---------------|----------------|--------------------|
| | | Inferior | Objetivo | Superior | Legal ³ |
| Renda Fixa | 74,68% | 60,00% | 72,17% | 100,00% | 100,00% |
| I. Títulos Públicos: | 64,06% | 60,00% | - | 100,00% | 100,00% |
| Títulos da dívida pública mobiliária federal interna | 64,06% | 0,00% | - | 100,00% | - |
| Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos | 0,00% | 0,00% | - | 100,00% | - |
| II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras: | 9,61% | 0,00% | - | 80,00% | 80,00% |
| Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen: | 6,63% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs | 6,34% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| DPGEs | 0,29% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Poupança | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras: | 2,98% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| LHs, LCIs e LCAs | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Debêntures | 2,98% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| NCEs e CCEs | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Notas Promissórias | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| Cotas de fundos de investimento de índice RF | 0,00% | 0,00% | - | 80,00% | - |
| III. Outras classes de ativos de renda fixa: | 0,97% | 0,00% | - | 20,00% | 20,00% |
| Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| LHs, LCIs e LCAs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Notas Promissórias | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Debêntures - Lei 12.431 | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB | 0,97% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC | 0,97% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| CCBs e CCCBs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| CPRs, CRAs, CDCAs e WAs | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| Demais ativos ⁴ | 0,00% | 0,00% | - | 20,00% | - |
| IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III: | 10,58% | 0,00% | - | 80,00% | 80,00% |
| V. Ativos transitórios RF | 0,00% | 0,00% | - | - | - |
| VI. Caixa e Disponível | 0,66% | 0,00% | - | - | - |
| VII. Provisões, despesas e passivos | -0,62% | 0,00% | - | - | - |
| VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps | 0,00% | 0,00% | - | - | - |
| Renda Variável | 22,05% | 0,00% | 13,77% | 30,00% | 70,00% |
| Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial | 20,89% | 0,00% | - | 30,00% | 70,00% |
| Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial | 1,15% | 0,00% | - | 30,00% | 50,00% |
| Brazilian Depository Receipts (BDR) classificadas como nível II e III | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 10,00% |
| Ouro físico | 0,00% | 0,00% | - | 3,00% | 3,00% |
| Opções | 0,01% | 0,00% | - | - | - |
| Estruturado | 1,50% | 0,00% | 5,87% | 12,00% | 20,00% |
| Cotas de fundos de investimento em participações - FIP | 0,26% | 0,00% | - | 5,00% | 15,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM | 1,24% | 0,00% | - | 8,00% | 15,00% |
| Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 15,00% |
| Certificado de Operações Estruturadas - COE | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | 10,00% |
| Imobiliário | 0,16% | 0,00% | 4,98% | 10,00% | 20,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII | 0,00% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Certificados de recebíveis imobiliários - CRI | 0,01% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Células de crédito imobiliário - CC | 0,15% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Imóveis ⁵ | 0,00% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Exterior | 0,74% | 0,00% | 2,39% | 10,00% | 10,00% |
| Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos de índice do exterior | 0,74% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶ | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Brazilian Depository Receipts (BDR) classificadas como nível I | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Ativos transitórios Exterior | 0,00% | 0,00% | - | 10,00% | - |
| Operações com Participantes | 0,87% | 0,00% | 0,82% | 5,00% | 15,00% |
| Empréstimo Simples | 0,87% | 0,00% | - | 5,00% | - |
| Financiamento ⁷ | 0,00% | 0,00% | - | - | - |

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

³ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

| Balço Patrimonial | | | | |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------------|-----------------|
| R\$ Mil | | | | |
| ATIVO | EXERCÍCIO 2021 | EXERCÍCIO 2020 | Partic. % no Patrimônio | Var. (%) |
| DISPONÍVEL | 1.134 | 841 | 0,01% | 35% |
| REALIZÁVEL | 9.475.611 | 9.097.387 | 99,98% | 4% |
| GESTÃO PREVIDENCIAL | 185.668 | 132.538 | 1,96% | 40% |
| GESTÃO ADMINISTRATIVA | 11.887 | 11.921 | 0,13% | 0% |
| INVESTIMENTOS | 9.278.056 | 8.952.928 | 97,89% | 4% |
| TÍTULOS PÚBLICOS | 792.932 | - | 8,37% | 0% |
| ATIVO FIN. CRÉDITO PRIVADO | 9.287 | - | 0,10% | 0% |
| AÇÕES | - | - | 0,00% | 0% |
| FUNDOS DE INVESTIMENTO | 8.100.211 | 8.672.608 | 85,46% | -7% |
| DERIVATIVOS | - | - | 0,00% | 0% |
| INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 286.293 | 196.923 | 3,02% | 45% |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 89.061 | 83.156 | 0,94% | 7% |
| DEPOSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS | 267 | 235 | 0,00% | 14% |
| OUTROS REALIZÁVEIS | 5 | 6 | 0,00% | -17% |
| PERMANENTE | 1.110 | 1.413 | 0,01% | -21% |
| IMOBILIZADO | 764 | 867 | 0,01% | -12% |
| INTANGÍVEL | 346 | 546 | 0,00% | -37% |
| PASSIVO | EXERCÍCIO 2021 | EXERCÍCIO 2020 | Partic. % no Patrimônio | Var. (%) |
| EXIGÍVEL OPERACIONAL | 161.143 | 145.734 | 1,70% | 11% |
| GESTÃO PREVIDENCIAL | 156.960 | 142.016 | 1,66% | 11% |
| GESTÃO ADMINISTRATIVA | 3.706 | 3.045 | 0,04% | 22% |
| INVESTIMENTOS | 477 | 673 | 0,01% | -29% |
| EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 14.147 | 11.122 | 0,15% | 27% |
| GESTÃO PREVIDENCIAL | 1.493 | 870 | 0,02% | 72% |
| GESTÃO ADMINISTRATIVA | 9.722 | 9.722 | 0,10% | 0% |
| INVESTIMENTOS | 2.932 | 530 | 0,03% | 453% |
| PATRIMÔNIO SOCIAL | 9.302.565 | 8.942.785 | 98,15% | 4% |
| PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO | 9.093.475 | 8.725.928 | 95,94% | 4% |
| PROVISÕES MATEMÁTICAS | 9.148.694 | 8.403.711 | 96,53% | 9% |
| BENEFÍCIOS CONCEDIDOS | 4.704.934 | 4.187.815 | 49,64% | 12% |
| BENEFÍCIOS A CONCEDER | 4.630.882 | 4.516.433 | 48,86% | 3% |
| (-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CON | 187.122 | 300.537 | 1,97% | -38% |
| EQUILÍBRIO TÉCNICO | (55.219) | 322.217 | -0,58% | -117% |
| RESULTADOS REALIZADOS | (55.219) | 322.217 | -0,58% | -117% |
| SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO | 177.825 | 322.217 | 1,88% | -45% |
| (-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO | 233.044 | 471.460 | 2,46% | -51% |
| FUNDOS | 209.090 | 216.857 | 2,21% | -4% |
| FUNDOS PREVIDENCIAIS | 131.114 | 143.449 | 1,38% | -9% |
| FUNDOS ADMINISTRATIVOS | 48.782 | 46.114 | 0,51% | 6% |
| FUNDOS DOS INVESTIMENTOS | 29.194 | 27.294 | 0,31% | 7% |
| TOTAL DO PASSIVO | 9.477.855 | 9.099.641 | 100% | |

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Básico

| Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Básico | | | |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| R\$ Mil | | | |
| Descrição | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variação (%) |
| 1. Ativos | 203.746 | 152.626 | 33,49% |
| Disponível | 23 | 8 | 185,39% |
| Recebível | 39.409 | 4.107 | 859,54% |
| Investimentos | 164.314 | 147.552 | 11,36% |
| Títulos Públicos | 6.421 | 0 | 0,00% |
| Fundos de Investimentos | 150.076 | 141.613 | 5,98% |
| Investimentos Imobiliários | 6.067 | 4.174 | 45,34% |
| Empréstimos e Financiamentos Imobiliários | 1.750 | 1.764 | -0,81% |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 0 | 0 | -100,00% |
| 2. Obrigações | 1.675 | 920 | 82,05% |
| Operacional | 743 | 730 | 1,80% |
| Contingencial | 932 | 190 | 389,80% |
| 3. Fundos Não Previdenciais | 1.996 | 1.683 | 18,56% |
| Fundos Administrativos | 1.013 | 833 | 21,53% |
| Fundos dos Investimentos | 983 | 850 | 15,64% |
| 4. Resultados a Realizar | 0 | 0 | 0,00% |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3-4) | 200.075 | 150.022 | 33,36% |
| Provisões Matemáticas | 213.162 | 153.393 | 38,96% |
| Superávit/Déficit Técnico | (13.086) | (3.541) | 269,54% |
| Fundos Previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| 6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado | (6.520) | 3.025 | -315,55% |
| a) Equilíbrio Técnico | (13.086) | (3.541) | 269,54% |
| b) (+/-) Ajuste de Precificação | 6.566 | 6.566 | 0,00% |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) | (6.520) | 3.025 | -315,55% |

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Básico

R\$ Mil

| Descri o | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variacão (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| A) Ativo Líquido - In cio do Exercício | 149.852 | 132.124 | 13,42% |
| 1. Adi es | 22.845 | 41.256 | -44,63% |
| (+) Contribui es Previdenciais | 8.531 | 24.875 | -65,70% |
| (+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial | 14.313 | 16.381 | -12,62% |
| 2. Destina es | 24.163 | 23.528 | 2,70% |
| (-) Benefícios | 23.535 | 23.140 | 1,71% |
| (-) Custeio Administrativo | 447 | 389 | 14,92% |
| (-) Outras Destina es | 181 | 0 | 0,00% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2) | -1.318 | 17.728 | -107,43% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 8.227 | 17.201 | -52,17% |
| (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | -9.545 | 526 | -1913,22% |
| 4. Opera es Transitórias | 51.541 | 0 | 100,00% |
| (+/-) Opera es Transitórias | 51.541 | 0 | 100,00% |
| B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4) | 200.075 | 149.852 | 33,52% |
| C) Fundos Não Previdenciais | 1.101 | 1.853 | -40,58% |
| (+/-) Fundos Administrativos | 1.013 | 959 | 5,62% |
| (+/-) Fundos Investimentos | 88 | 894 | -90,11% |

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Básico

R\$ Mil

| Descri o | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variacão (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| Provisões Técnicas (1+2+3+4+5) | 202.733 | 133.908 | 51,40% |
| 1. Provisões Matemáticas | 213.162 | 136.192 | 56,52% |
| 1.1. Benefícios concedidos | 213.069 | 205.707 | 3,58% |
| Benefício definido | 213.069 | 205.707 | 3,58% |
| 1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir | 0 | 69.515 | -100,00% |
| (-) Déficit equacionado | 0 | 69.515 | -100,00% |
| (-) Patrocinador(es) | 0 | 69.515 | -100,00% |
| 2. Equilíbrio Técnico | (13.086) | (4.068) | 221,72% |
| 2.1. Resultados realizados | (13.086) | (4.068) | 221,72% |
| (-) Déficit técnico acumulado | 13.086 | 4.068 | 221,72% |
| 3. Fundos | 983 | 850 | 15,64% |
| 3.1. Fundos previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| 3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial | 983 | 850 | 15,64% |
| 4. Exigível Operacional | 743 | 647 | 14,79% |
| 4.1. Gestão previdencial | 736 | 638 | 15,30% |
| 4.2. Investimentos - Gestão previdencial | 7 | 9 | -21,00% |
| 5. Exigível Contingencial | 932 | 287 | 224,9% |
| 5.1 Gestão previdencial | 0 | 0 | 0,00% |
| 5.2 Investimentos - Gestão previdencial | 932 | 287 | 224,93% |

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Saldado

| Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Saldado | | | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|
| R\$ Mil | | | |
| Descrição | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variação (%) |
| 1. Ativos | 559.527 | 555.272 | 0,77% |
| Disponível | 19 | 13 | 50,11% |
| Recebível | 3.372 | 89 | 3709,65% |
| Investimentos | 556.135 | 552.043 | 0,74% |
| Títulos Públicos | 20.389 | 0 | 0,00% |
| Fundos de Investimentos | 504.846 | 528.244 | -4,43% |
| Investimentos Imobiliários | 28.357 | 19.582 | 44,81% |
| Empréstimos e Financiamentos Imobiliários | 2.512 | 4.185 | -39,98% |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 31 | 32 | -3,11% |
| 2. Obrigações | 756 | 552 | 37,01% |
| Operacional | 530 | 521 | 1,76% |
| Contingencial | 226 | 31 | 629,89% |
| 3. Fundos Não Previdenciais | 6.173 | 5.814 | 6,18% |
| Fundos Administrativos | 3.288 | 3.127 | 5,13% |
| Fundos dos Investimentos | 2.885 | 2.686 | 7,40% |
| 4. Resultados a Realizar | 0 | 0 | 0,00% |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3-4) | 552.598 | 548.907 | 0,67% |
| Provisões Matemáticas | 603.577 | 534.215 | 12,98% |
| Superávit/Déficit Técnico | (50.979) | 14.692 | -446,99% |
| Fundos Previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| 6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado | (19.524) | 14.692 | -232,89% |
| a) Equilíbrio Técnico | (50.979) | 14.692 | -446,99% |
| b) (+/-) Ajuste de Precificação | 31.455 | 31.455 | 0,00% |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) | (19.524) | 14.692 | -232,89% |

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Saldado

R\$ Mil

| Descri o | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variacão (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| A) Ativo Líquido - In cio do Exercício | 548.908 | 531.980 | 3,18% |
| 1. Adi es | 42.206 | 53.224 | -20,70% |
| (+) Contribui es Previdenciais | 3.678 | 3.634 | 1,20% |
| (+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial | 38.528 | 49.590 | -22,31% |
| 2. Destina es | 38.515 | 36.297 | 6,11% |
| (-) Benefícios | 37.653 | 35.395 | 6,38% |
| (-) Resgate | 18 | | |
| (-) Custeio Administrativo | 843 | 902 | -6,51% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2) | 3.691 | 16.927 | -78,20% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 69.362 | 20.274 | 242,12% |
| (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | -65.671 | -3.347 | 1862,02% |
| 4. Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4) | 552.598 | 548.908 | 0,67% |
| C) Fundos Não Previdenciais | 3.487 | 5.814 | -40,03% |
| (+/-) Fundos Administrativos | 3.288 | 3.127 | 5,13% |
| (+/-) Fundos Investimentos | 199 | 2.686 | -92,60% |

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Saldado

R\$ Mil

| Descri o | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variacão (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| Provisões Técnicas (1+2+3+4+5) | 556.239 | 534.933 | 3,98% |
| 1. Provisões Matemáticas | 603.577 | 513.941 | 17,44% |
| 1.1. Benefícios concedidos | 476.263 | 397.905 | 19,69% |
| Benefício definido | 476.263 | 397.905 | 19,69% |
| 1.2. Benefício a conceder | 127.314 | 116.036 | 9,72% |
| Benefício definido | 126.978 | 115.402 | 10,03% |
| 1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir | 0 | 0 | 0,00% |
| (-) Déficit equacionado | 0 | 0 | 0,00% |
| (-) Patrocinador(es) | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Equilíbrio Técnico | (50.979) | 18.039 | -382,60% |
| 2.1. Resultados realizados | (50.979) | 18.039 | -382,60% |
| Superávit técnico acumulado | 0 | 18.039 | -100,00% |
| Reserva de contingência | 0 | 18.039 | -100,00% |
| 3. Fundos | 2.885 | 2.433 | 18,56% |
| 3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial | 2.885 | 2.433 | 18,56% |
| 4. Exigível Operacional | 530 | 486 | 9,05% |
| 4.1. Gestão previdencial | 506 | 443 | 14,18% |
| 4.2. Investimentos - Gestão previdencial | 24 | 42 | -44,57% |
| 5. Exigível Contingencial | 226 | 34 | 564,79% |
| 5.2 Investimentos - Gestão previdencial | 226 | 34 | 564,79% |

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri FlexCeres

| Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri FlexCeres | | | |
|--|----------------|----------------|---------------|
| R\$ Mil | | | |
| Descrição | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variação (%) |
| 1. Ativos | 375.482 | 371.768 | 1,00% |
| Disponível | 19 | 7 | 163,18% |
| Recebível | 4.776 | 3.142 | 52,02% |
| Investimentos | 370.687 | 366.566 | 1,12% |
| Títulos Públicos | 61.463 | 0 | 0,00% |
| Fundos de Investimentos | 305.247 | 363.967 | -16,13% |
| Investimentos Imobiliários | 0 | 0 | 0,00% |
| Empréstimos e Financiamentos Imobiliários | 3.978 | 2.598 | 53,08% |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Obrigações | 997 | 748 | 33,32% |
| Operacional | 997 | 748 | 33,32% |
| Contingencial | 0 | 0 | 0,00% |
| 3. Fundos Não Previdenciais | 2.365 | 2.237 | 5,73% |
| Fundos Administrativos | 2.184 | 2.053 | 6,41% |
| Fundos dos Investimentos | 181 | 184 | -1,92% |
| 4. Resultados a Realizar | 0 | 0 | 0,00% |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3-4) | 372.120 | 368.782 | 0,90% |
| Provisões Matemáticas | 366.991 | 355.668 | 3,18% |
| Superávit/Déficit Técnico | 0 | 0 | 0,00% |
| Fundos Previdenciais | 5.129 | 13.114 | 0,00% |
| 6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado | 0 | 0 | 0,00% |
| a) Equilíbrio Técnico | 0 | 0 | 0,00% |
| b) (+/-) Ajuste de Precificação | 2.542 | 2.542 | 0,00% |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) | 0 | 0 | 0,00% |

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri FlexCeres
R\$ Mil

| Descri o | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variacão (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| A) Ativo Líquido - In cio do Exercício | 368.781 | 337.433 | 9,29% |
| 1. Adic es | 18.950 | 42.839 | -55,77% |
| (+) Contribui es Previdenciais | 18.938 | 19.364 | -2,20% |
| (+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial | 0 | 23.475 | -100,00% |
| 2. Destina es | 15.612 | 11.491 | 35,86% |
| (-) Benefícios | 10.291 | 10.182 | 1,08% |
| (-) Resgate | 240 | 0 | 100,00% |
| (-) Portabilidade | 385 | 0 | 100,00% |
| (-) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial | 2.919 | 0 | 100,00% |
| (-) Custeio Administrativo | 1.447 | 1.309 | 10,51% |
| (-) Outras Destina es | 329 | 0 | 100,00% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2) | 3.337 | 31.348 | -89,35% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 11.323 | 33.780 | -66,48% |
| (+/-) Fundos Previdenciais | -7.985 | -2.432 | 228,41% |
| 4. Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4) | 372.118 | 368.781 | 0,90% |
| C) Fundos Não Previdenciais | 2.184 | 2.237 | -2,35% |
| (+/-) Fundos Administrativos | 0 | 2.053 | -100,00% |
| (+/-) Fundos Investimentos | 2.184 | 184 | 1086,00% |

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri FlexCeres
R\$ Mil

| Descri o | Exercício 2021 | Exercício 2020 | Variacão (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| Provisões Técnicas (1+2+3+4+5) | 373.298 | 338.381 | 10,32% |
| 1. Provisões Matemáticas | 366.991 | 321.889 | 14,01% |
| 1.1. Benefícios concedidos | 139.868 | 127.306 | 9,87% |
| Benefício definido | 139.868 | 127.306 | 9,87% |
| 1.2. Benefício a conceder | 227.123 | 194.583 | 16,72% |
| Contribui o definida | 227.117 | 192.720 | 17,85% |
| Saldo de contas - parcela patrocinador(es) | 100.051 | 85.370 | 17,20% |
| Saldo de contas - parcela participantes | 126.735 | 107.350 | 18,06% |
| Benefício definido | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Equilíbrio Técnico | 0 | 0 | 0,00% |
| 2.1. Resultados realizados | 0 | 0 | 0,00% |
| Superávit técnico acumulado | 0 | 0 | 0,00% |
| Reserva de contingência | 0 | 0 | 0,00% |
| 3. Fundos | 5.309 | 15.719 | -66,22% |
| 3.1. Fundos previdenciais | 5.129 | 15.546 | -67,01% |
| 3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial | 181 | 174 | 3,93% |
| 4. Exigível Operacional | 997 | 773 | 29,00% |
| 4.1. Gestão previdencial | 989 | 749 | 32,15% |
| 4.2. Investimentos - Gestão previdencial | 8 | 24 | -67,13% |

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretoria Executiva, Patrocinadores, Participantes e Assistidos da
CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
Brasília – DF

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** (“**CERES**”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela **CERES**) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativas nº 21, o plano de benefícios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Diretoria Executiva da CERES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é a responsável pela avaliação da capacidade de a CERES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CERES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CERES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CERES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da CERES, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CERES. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CERES a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 17 de março de 2022.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 002962/F
CVM 12807

Digitally signed by RICARDO DE ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:90785444149
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO,
ou=24732124000120, ou=PRESENCIAL, cn=RICARDO DE
ALBUQUERQUE CAVALCANTI:90785444149

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
Contador CRC DF 018838/O-0
CNAI 2563

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

V - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, a Resolução MPS/CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, e a Instrução Normativa SPC nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº 700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal; este Conselho apresenta a seguir o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos às seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação;
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2021, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto na Instrução Normativa PREVIC Nº 31/2020, conforme evidenciado no Parecer de Auditoria Independente MOORE VR Auditores e Consultores S/S de 11 de março de 2021;
- c) Em relação ao Parecer dos Auditores Independentes, temos que o documento não apresentou ressalva, conforme segue:
 - i. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos: Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de benefícios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitidos pela Assessoria Atuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 20 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 16 de dezembro de 2019, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Com base nas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Pareceres Atuariais e Parecer dos Auditores Independentes, bem como, as análises feitas nas reuniões durante o exercício correspondente e devidamente registradas em Atas, este Conselho Fiscal **RESOLVE** indicar pela aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021 pelo Conselho Deliberativo.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 18 de março de 2022.

EMIDIO CASAGRANDE:23547308968
 Assinado de forma digital por EMIDIO CASAGRANDE:23547308968
 Dados: 2022.03.21 08:42:50 -03'00'
Emídio Casagrande
 Presidente do Conselho Fiscal
 Representante dos Participantes e Assistidos da EMBRAPA

JOSE EDEN DE MEDEIROS:12994693453
 Assinado digitalmente por JOSE EDEN DE MEDEIROS:12994693453
 Dados: 2022.03.21 11:04:36 -03'00'
José Eden de Medeiros
 Membro Titular do Conselho Fiscal
 Representante da Patrocinadora EMBRAPA

CLAUDIO AUGUSTO BORTOLINI:73123161900
 Assinado digitalmente por CLAUDIO AUGUSTO BORTOLINI:73123161900
 Dados: 2022.03.21 09:09:53 -03'00'
Cláudio Augusto Bortolini
 Membro Titular do Conselho Fiscal
 Representante da Patrocinadora EMATER MG

JONAS PEREIRA DO ESPIRITO SANTO:00599446927
 Assinado digitalmente por JONAS PEREIRA DO ESPIRITO SANTO:00599446927
 Dados: 2022.03.21 11:04:36 -03'00'
Jonas Pereira do Espírito Santo
 Membro Titular do Conselho Fiscal
 Representante dos Participantes e Assistidos da EPAGRI

ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 253ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2022, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – Moore VR Auditores e Consultores S/S, nos Pareceres do Atuário – Actuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

Brasília, 30 de março de 2022.

BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO
Assinado de forma digital por BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL:05955248692
 Dados: 2022.03.30 15:29:46 -03'00'

Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil

URSULA MARIA LUDWIG MORAES:52601684968
Assinado de forma digital por URSULA MARIA LUDWIG MORAES:52601684968
 Dados: 2022.03.30 15:57:28 -03'00'

Úrsula Maria Ludwig Moraes

RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO:02328780130
Assinado de forma digital por RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO:02328780130
 Dados: 2022.03.30 15:57:28 -03'00'

Raimundo Alves de Araújo

RAIMUNDO BRAGA SOBRINHO:07143834300
Assinado de forma digital por RAIMUNDO BRAGA SOBRINHO:07143834300
 Dados: 2022.03.30 15:57:28 -03'00'

Raimundo Braga Sobrinho

WALTER DINIZ GUSMAO MACHADO:03244392610
Assinado de forma digital por WALTER DINIZ GUSMAO MACHADO:03244392610
 Dados: 2022.03.30 15:48:52 -03'00'

Walter Diniz Gusmão Machado

MARIA DO SOCORRO BARBOSA GUEDES:21035229315
Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO BARBOSA GUEDES:21035229315
 Dados: 2022.03.30 15:57:28 -03'00'

Maria do Socorro Barbosa Guedes

ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO EPAGRI BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Básico de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2021, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da taxa anual de juros que passou de 5,04% para 4,91%, da tábua de mortalidade geral que passou de AT-83 M para AT-83 M&F e da adoção integral do cadastro real de beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão.

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano. O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio, sendo composto, para 2022, pelas mesmas alíquotas de contribuições praticadas em 2021 no caso dos assistidos.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2022 será no mínimo de R\$ 2.369.158 sendo uma contribuição extraordinária R\$ 2.353.615 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 15.543 para custear o custo administrativo.

Plano de custeio para 2022

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação, o prazo residual do contrato de saldamento era de 15 (quinze) meses. O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto uma contribuição mensal, para o período a partir de 1º de abril de 2022 no valor linear mínimo de R\$ 2.369.158, com base na referida repactuação, de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 34.199.003, registrado em 31/12/2021.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,42% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,42% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,42% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que, por determinação da Previc para este plano, a divisão da parcela do custeio administrativo deve ser paritária, portanto o custeio administrativo mensal referente a esse grupo será de 13 prestações de R\$ 14.311,49, pois o financiamento é sobre 13 parcelas do benefício, e o custeio administrativo mensal patronal será de 12 parcelas R\$ 15.542,88, pois é um financiamento financeiro, porém ambos são equivalentes no período anual. Além disso, há um participante no plano, que teve sua aposentadoria por invalidez revertida no INSS, cujo custeio administrativo mensal será de 13 parcelas de R\$ 35,78.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º, § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das premissas atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através: das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e

aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um déficit atuarial de R\$ 13.086.139, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.

§ 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da

duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021 encontrou-se uma duração igual a 7,48 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 7.418.874.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 13.086.139 e que se apurou um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 6.566.073 obteve-se Resultado Técnico Ajustado Negativo de R\$ 6.520.066, porém abaixo do Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 7.418.874, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes, assistidos e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

O Plano Epagri Básico é composto praticamente de aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas basicamente nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2021, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 213.161.524 distribuídas conforme a Tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EPAGRI BÁSICO – VALOR EM R\$

| Rubrica | 31/12/2020 | 31/12/2021 | Varição |
|--|--------------------|--------------------|-----------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 149.852.180 | 200.075.385 | 33,52% |
| Provisões Matemáticas | 153.393.360 | 213.161.524 | 38,96% |
| Benefícios Concedidos | 204.854.113 | 213.069.236 | |
| Benefícios a Conceder | 80.415 | 92.288 | |
| Provisão Matemática a Constituir | -51.541.168 | 0 | |
| Resultados Realizados | -3.541.180 | -13.086.139 | 269,54% |
| Ajuste de Precificação | 6.746.351 | 6.566.073 | -2,67% |
| Resultado Ajustado ⁽¹⁾ | 3.205.171 | -6.520.066 | -303,42% |

Obs.: O valor da Provisão Matemática a Constituir, a partir de 2021, foi reclassificado do Passivo para o Ativo.

(1) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 10,81% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 15,71%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -4,24% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada, foi a rentabilidade patrimonial, além da redução da taxa de juros e da alteração na tábua de mortalidade geral, apesar da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para os cálculos atuariais e de algumas alterações cadastrais relacionadas à morte de aposentados sem geração da pensão, devido à ausência de beneficiários. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, dentre outras. análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2021 – R\$ MILHÕES

| Item | Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais | | | | | Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu | | Total |
|--------------|--|--------------------|---------------------|----------------------|----------------------|--|---------------------------|------------------|
| | Taxa de Juros | Tábuas Biométricas | Fator de Capacidade | Crescimento Salarial | Família Média e Real | Rentabilidade | Biométricos e Financeiros | |
| Ganho | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1,49 | R\$ 0,00 | R\$ 0,69 | R\$ 0,00 | R\$ 6,40 | R\$ 8,57 |
| Perda | -R\$ 1,98 | -R\$ 3,81 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | -R\$ 8,16 | R\$ 0,00 | -R\$ 13,95 |
| Total | -R\$ 1,98 | -R\$ 3,81 | R\$ 1,49 | R\$ 0,00 | R\$ 0,69 | -R\$ 8,16 | R\$ 6,40 | -R\$ 5,38 |

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um déficit acumulado, em 31/12/2021, tendo um aumento no exercício de 2021, e na nossa opinião a natureza do déficit acumulado é estrutural, devido a uma redução patrimonial ocorrida no passado, motivada por um desempenho bem aquém do esperado da rentabilidade na época. O aumento do déficit em 2021 foi devido à perda atuarial no ano, motivada, principalmente, pelo desempenho aquém do esperado da rentabilidade patrimonial, além da redução da taxa de juros e alteração na tábua de mortalidade geral, apesar da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão e de alterações cadastrais relacionadas às mortes de aposentados que não geraram pensão, por ausência de beneficiários.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL DO PLANO EPAGRI BÁSICO

| Ativo | | Passivo | |
|----------------------------------|--------------------|------------------------------|--------------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 200.075.385 | Benefícios Futuros | 213.161.524 |
| Contribuições Futuras | 0 | Benefícios Concedidos | 213.069.236 |
| Contribuição Normal | 0 | Benefícios a Conceder | 92.288 |
| Contribuição Extraordinária | 0 | Resultados Realizados | -13.086.139 |
| Total | 200.075.385 | Total | 200.075.385 |

Fundos previdenciais

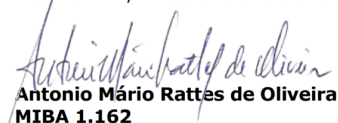
Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2022.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por
MARIO ANTONIO
RATTES DE MARIO RATTES
OLIVEIRA: DE OLIVE
2594506834 IRA:25945068349
9 Data: 2022.02.24
11:30:37-03'00"

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri-FlexCeres de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2021, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção de todas as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da tábua de mortalidade geral que passou de BR-2010 M&F para BR-2015 M&F, da atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes e da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão..

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC. No plano Epagri-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epagri Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epagri Saldado, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2021

| Tipo de Custo | Taxas Médias |
|----------------------------|---------------------|
| Benefícios de risco | 0,68% |
| Patrocinadora | 0,34% |
| Participante | 0,34% |
| Administrativo | 0,00% |
| Patrocinadora | 0,00% |
| Participante | 0,00% |
| Total | 0,68% |
| Patrocinadora | 0,34% |
| Participante | 0,34% |

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epagri-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 0,68% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2020, cujo percentual foi igual a 1,56%. A redução do custo total decorre da transferência do custo administrativo previdencial para o custo administrativo de investimentos e da redução dos custos dos benefícios de risco devido à diminuição, de uma forma geral, das metas dos benefícios.

Plano de custeio para 2022

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2022 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2021 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

O custeio dos benefícios de risco para 2022 será de 0,68%, igual ao custo dos benefícios de risco apurado em 31/12/2021 de 0,68%. Já o custeio administrativo para 2022 será igual a 0,00%, pois não há custo administrativo previdencial identificado em 31/12/2021.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2022

| Tipo de Custeio | Taxas Médias |
|-------------------------------|---------------------|
| Benefícios programados | 10,71% |
| Patrocinadora | 4,47% |
| Participante | 6,24% |
| Benefícios de risco | 0,68% |
| Patrocinadora | 0,34% |
| Participante | 0,34% |
| Administrativo | 0,00% |
| Patrocinadora | 0,00% |
| Participante | 0,00% |
| Total | 11,39% |
| Patrocinadora | 4,81% |
| Participante | 6,58% |

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,00%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º., § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, resultado atuarial nulo, não havendo insuficiências de cobertura do grupo de custeio.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Epagri-FlexCeres eram, em 31/12/2021:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAGRI –FLEXCERES – VALORES EM R\$

| Rubrica | 31/12/2020 | 31/12/2021 | Varição |
|--|--------------------|--------------------|----------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 355.668.255 | 366.991.064 | 3,18% |
| Provisões Matemáticas | 355.668.255 | 366.991.064 | 3,18% |
| Benefícios Concedidos | 137.612.009 | 139.867.781 | |
| Benefícios a Conceder – Risco | 1.130.037 | 5.808 | |
| Benefícios Futuros | 5.424.869 | 5.666.064 | |
| Contribuições Futuras | -4.294.832 | -5.660.256 | |
| Saldo de Contas dos Benef. Prog. | 216.926.209 | 227.117.475 | |
| Resultados Realizados | 0 | 0 | |
| Ajuste de Precificação | 2.852.939 | 2.541.857 | -10,90% |
| Resultado Ajustado ⁽¹⁾ | 2.852.939 | 2.541.857 | -10,90% |

(2) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 0,08% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 15,27%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -13,18% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração na hipótese atuarial, rentabilidade patrimonial e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e redução na provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve às mudanças cadastrais ocorridas no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada no ano, foi o desempenho da rentabilidade patrimonial aquém do esperado. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e, também, outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2021 – R\$ MI

| Item | Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais | | | | | Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu | | Total |
|--------------|--|--------------------|---------------------|----------------------|----------------------|--|---------------------------|-------------------|
| | Taxa de Juros | Tábuas Biométricas | Fator de Capacidade | Crescimento Salarial | Família Média e Real | Rentabilidade | Biométricos e Financeiros | |
| Ganho | R\$ 0,00 | R\$ 1,27 | R\$ 0,98 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 2,24 |
| Perda | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | -R\$ 2,58 | -R\$ 20,46 | -R\$ 1,09 | -R\$ 24,13 |
| Total | R\$ 0,00 | R\$ 1,27 | R\$ 0,98 | R\$ 0,00 | -R\$ 2,58 | -R\$ 20,46 | -R\$ 1,09 | -R\$ 21,89 |

| Atuariais | | | | | | | |
|--------------|--|---------------------|---------------------|---------------|--|---------------------|-----------------------|
| Item | Efeitos das mudanças nas premissas atuariais | | | | Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu | | Total |
| | Taxa de juros | Fatores Biométricos | Fator de capacidade | Família Média | Rentabilidade | Fatores Biométricos | |
| Ganho | R\$ 0 | R\$ 0 | -R\$ 408.093 | R\$ 0 | R\$ 0 | R\$ 741.815 | R\$ 333.722 |
| Perda | R\$ 0 | R\$ 0 | R\$ 0 | R\$ 0 | -R\$ 3.673.946 | R\$ 0 | -R\$ 3.673.946 |
| Total | R\$ 0 | R\$ 0 | -R\$ 408.093 | R\$ 0 | -R\$ 3.673.946 | R\$ 741.815 | -R\$ 3.340.224 |

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado nulo acumulado, em 31/12/2021, tendo apresentado resultado semelhante no exercício de 2020, e na nossa opinião a natureza do resultado acumulado é estrutural. O resultado nulo no ano de 2021 foi devido à eventos contrários que, praticamente, se compensaram, como rentabilidade aquém do esperado, ajuste na base de dados do cálculo da reversão em pensão dos aposentados, redução da meta de benefícios, reversão parcial do fundo de risco, dentre outros.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL

| Ativo | | Passivo | |
|---|--------------------|------------------------------|--------------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 366.991.064 | Benefícios Futuros | 372.651.320 |
| Contribuições Futuras | 5.660.256 | Benefícios Concedidos | 139.867.781 |
| Contribuição Normal | 5.660.256 | Benefícios a Conceder | 232.783.539 |
| Contribuição Extraordinária | 0 | Resultados Realizados | 0 |
| Total | 372.651.320 | Total | 372.651.320 |

Fundos previdenciais

A tabela a seguir apresenta os saldos a variação dos Fundos Previdenciais do plano de benefícios.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO EPAGRI-FLEXCERES

| Discriminação | 2020 | 2021 | Varição |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Fundos Previdenciais | 13.114.038 | 5.128.628 | -60,89% |
| Fundo Coletivo de Desligamento | 3.164.287 | 0 | -100,00% |
| Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios | 758.848 | 847.629 | 11,70% |
| Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões | 9.190.902 | 4.280.999 | -53,42% |

Além do processo habitual de atualização, constituição e reversão mensal dos fundos previdenciais, ocorrido ao longo do ano de 2021, de acordo com a metodologia de manutenção desses fundos, em 31/12/2021 ocorreu uma reversão específica do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 5.253.225, e do Fundo de Desligamento, no montante de R\$ 3.629.538, para manter o plano equilibrado.

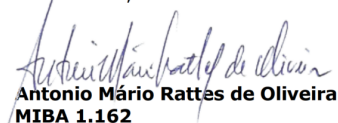
A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco, porém os fundos previdenciais, de uma forma geral, têm por finalidade precípua a garantia da solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2022.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por
MARIO ANTONIO
RATTES DE MARIO RATTES
OLIVEIRA: DE OLIVE
2594506834 IRA:25945068349
9 Data: 2022.02.24
11:30:37-03'00"

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO EPAGRI SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2021, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção das hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da taxa anual de juros que passou de 5,48% para 5,08%, da tábua de mortalidade geral que passou de BR-2010 M&F para BR-2015 M&F, da atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes e da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão .

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Saldado é um plano salgado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

Plano de custeio para 2022

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

Para o custeio previdencial e administrativo, conforme previsto no Regulamento do plano, os assistidos contribuem no total com 8,00% dos respectivos benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 22.855,95 referentes à contribuição desse grupo.

O custeio administrativo mensal patronal são 13 parcelas de R\$ 35.814,77, equivalente à uma taxa de custeio de 1,17%, incidente os salários de participação, e o custeio administrativo mensal dos participantes são 13 parcelas de R\$ 12.958,82, equivalente a uma taxa de custeio de 0,42%, incidente sobre os salários de participação.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º., § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um déficit atuarial de R\$ 50.979.034, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.

§ 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021 encontrou-se uma duração igual a 10,56 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 39.617.592.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 50.979.034 e que se apurou um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 31.454.806 obteve-se Resultado Técnico Ajustado Negativo de R\$ 19.524.228, porém abaixo do Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 39.617.592, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

O Plano Epagri Saldado é composto dos ativos que migraram do Plano Epagri Básico e dos assistidos cujos benefícios já foram concedidos no plano saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01, a seguir.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EPAGRI SALDADO – VALORES EM R\$

| Rubrica | 31/12/2020 | 31/12/2021 | Varição |
|--|--------------------|--------------------|-----------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 548.907.216 | 552.598.039 | 0,67% |
| Provisões Matemáticas | 534.215.298 | 603.577.073 | 12,98% |
| Benefícios Concedidos | 417.281.214 | 476.263.184 | |
| Benefícios a Conceder | 116.934.084 | 127.313.889 | |
| Provisão Matemática a Constituir | 0 | 0 | |
| Resultados Realizados | 14.691.918 | -50.979.034 | -446,99% |
| Ajuste de Precificação | 22.882.262 | 31.454.806 | 37,46% |
| Resultado Ajustado ⁽¹⁾ | 37.574.180 | -19.524.228 | -151,96% |

(1) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 8,41% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 16,20%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -6,70% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada, foi a rentabilidade patrimonial, além da redução da taxa de juros e da atualização da família média de pensão. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, dentre outras. A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS em 31/12/2020 – VALORES EM R\$ MILHÕES

| Item | Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais | | | | | Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu | | Total |
|--------------|--|--------------------|---------------------|----------------------|----------------------|--|---------------------------|-------------------|
| | Taxa de Juros | Tábuas Biométricas | Fator de Capacidade | Crescimento Salarial | Família Média e Real | Rentabilidade | Biométricos e Financeiros | |
| Ganho | R\$ 0,00 | R\$ 5,25 | R\$ 4,21 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 6,98 | R\$ 16,44 |
| Perda | -R\$ 23,50 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | -R\$ 7,46 | -R\$ 44,60 | R\$ 0,00 | -R\$ 75,57 |
| Total | -R\$ 23,50 | R\$ 5,25 | R\$ 4,21 | R\$ 0,00 | -R\$ 7,46 | -R\$ 44,60 | R\$ 6,98 | -R\$ 59,12 |

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um déficit acumulado, em 31/12/2021, tendo revertido o superávit acumulado registrado no exercício de 2020, e na nossa opinião a natureza do déficit acumulado é conjuntural. O surgimento do déficit em 2021 foi devido, principalmente, ao desempenho aquém do esperado da rentabilidade patrimonial, além da redução da taxa de juros.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAGRI SALDADO

| Ativo | | Passivo | |
|---|--------------------|------------------------------|--------------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 552.598.039 | Benefícios Futuros | 603.577.073 |
| Contribuições Futuras | 0 | Benefícios Concedidos | 476.263.184 |
| Contribuição Normal | 0 | Benefícios a Conceder | 127.313.889 |
| Contribuição Extraordinária | 0 | Resultados Realizados | -50.979.034 |
| Total | 552.598.039 | Total | 552.598.039 |

Fundos previdenciais

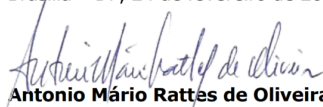
Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2022.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por
 MARIO ANTONIO
 RATTES DE MARIO RATTES
 OLIVEIRA: DE OLIVEIRA
 2594506834 IRA:25945068349
 9 Data: 2022.02.24 11:30:37-03'00"